



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

O NORDESTE REPRESENTADO PELO ROMANCE DE JOSÉ LINS DO REGO

MARIA THAIZE DOS RAMOS LIRA

CAJAZEIRAS – PB

2015

MARIA THAIZE DOS RAMOS LIRA

**O NORDESTE REPRESENTADO PELO ROMANCE DE JOSÉ LINS DO
REGO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

**CAJAZEIRAS – PB
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730

Cajazeiras - Paraíba

L768n Lira, Maria Thaize dos Ramos

O Nordeste representado pelo romance de José Lins do Rego. /
Maria Thaize dos Ramos Lira, 2015.

89f.

Bibliografia.

Orientador (a): Dr. Francisco Firmino Sales Neto.

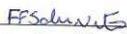
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

MARIA THAIZE DOS RAMOS LIRA

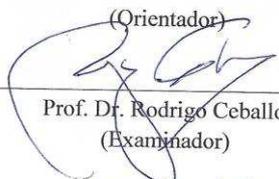
O NORDESTE REPRESENTADO PELO ROMANCE DE JOSÉ LINS DO
REGO

Monografia aprovada em: 18 / 03 / 2015

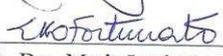
Banca Examinadora



Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
(Orientador)



Prof. Dr. Rodrigo Ceballos
(Examinador)



Profa. Dra. Maria Lucinete Fortunato
(Examinadora)

Prof. Ms. Isamarç Gonçalves Lôbo
(Suplente)

CAJAZEIRAS- PB

2015

Dedico aos meus avós Francisco Severino dos Ramos (in memoriam) e Francisca dos Ramos Ferreira; Raimundo Tavares de Lira (in memoriam) e Josefa de Sousa Coêlho (in memoriam). As melhores pessoas que a vida me apresentou!

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um dos sentimentos mais nobres, e venho aqui agradecer...

À Deus, por ser meu guia e por todas as providências em minha vida.

À Santa Mãe de Deus, que sempre intercedeu pelas minhas causas e aflições.

Aos meus pais, Francisco e Maria do Carmo, que me deram todo o suporte possível e impossível para conseguir chegar até aqui, sempre me ajudando, me aconselhando.

Às minhas irmãs, Tamires e Taline, pela paciência, cuidados que só quem irmã tem, carinho e cumplicidade de todos os dias.

Ao Pedro, pessoa que Deus colocou na minha vida. Obrigada pelo inestimável companheirismo nesse percurso tão árduo, sem o qual teria sido mais difícil chegar ao fim!

À minha família, por sempre acreditar em mim. Obrigada pela compreensão nos momentos em que estive ausente, pelo amor e apoio incondicional! Se aqui estou, devo a vocês.

Ao meu orientador Francisco Firmino Sales Neto, pessoa que aprendi a admirar. Agradeço por todas as oportunidades, pelo incentivo, dedicação, correções e por toda a paciência durante esses anos de orientação! E não poderia deixar de citar o laço de amizade feito com sua família: Dinara e Maria Isabela.

Aos meus professores, por todo o aprendizado, as lições de vida, os momentos de alegria, as angústias semestrais. Acima de tudo, permanece o conhecimento adquirido em todos os anos de curso. Deixo aqui meus agradecimentos aos professores: Rubismar Marques Galvão, Isamarc Gonçalves Lôbo, Maria Lucinete Fortunato, Francinaldo Bandeira, Viviane Gomes de Ceballos, José Antônio de Albuquerque, Ana Rita Uhle, Silvana Souza, Nozângela Dantas, Manuel Dionízio Neto, Rosemere Olímpio de Santana, Sérgio Farias, Francisco Eugênio Paccelli Gurgel (in memoriam).

À professora Mariana Moreira Neto, obrigada por todos os ensinamentos durante o projeto de monitoria e pela oportunidade de pensar a convivência com o sertão e com os homens a partir do PIBIC/CNPq/UFCG!

Ao professor Rodrigo Ceballos, pelas valorosas orientações em mais um PIBIC/CNPq/UFCG pela paciência e amizade.

À professora Silvana Vieira de Sousa, pelas conversas agradáveis e as orientações no projeto de monitoria.

Aos professores que gentilmente aceitaram participar da minha banca e, assim, contribuir para o melhoramento deste trabalho, muito obrigada!

Aos meus colegas de curso, por todas as trocas intelectuais e laços de amizades que surgiram no decorrer da graduação. Foi muito bom estar com vocês nesta trajetória. Espero que nossos caminhos se cruzem ao longo da vida, particularmente: Katiane Fernandes, Emiliany Barros, Renata Arruda, Alexandra Pereira, Karina Santos e Irislene Mello.

Às meninas que conviveram comigo nestes anos de graduação, em Cajazeiras: Tamires, Rosiane Alencar, Francisca da Silva Soares, Adriana Ferreira, Franciclébia Ferreira, Vanessa Teixeira, Marcela Lopes e Mayrla Marla.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionários, aos programas de monitoria da UFCG e Iniciação Científica do CNPq, que em muito auxiliaram a minha formação.

E a todos que, da sua maneira, contribuíram para a minha formação profissional e como ser humano, muito obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo problematizar as representações do Nordeste construídas pelos escritos de José Lins do Rego (1901-1957) e publicadas junto ao Romance de 1930. Mais precisamente, analisa-se o livro *Menino de Engenho* (1932), que compõe o chamado “Ciclo da cana-de-açúcar” na obra de Zé Lins, para perceber como o Nordeste é (re)apresentado no referido livro. O romance de 1930 se tornou emblemático por enfatizar a realidade nordestina, no qual vários intelectuais narraram situações de seu cotidiano, atendo-se a elementos característicos da sua região. Dentre os romancistas deste período, José Lins do Rego destacou-se por retratar aspectos da sociedade açucareira nordestina, em particular a decadência dos engenhos e a ascensão da usina. Nesse sentido, sua representação da região está pautada em uma narrativa memorialística e nostálgica que transformou o engenho de açúcar em elemento definidor do Nordeste. Em termos teóricos, de acordo com a proposição de Roger Chartier, será feito uso do conceito de representação. Dessa forma, por meio dos escritos de José Lins do Rego, este trabalho se propõe a relacionar a história e a literatura, percebendo as contribuições que tal diálogo interdisciplinar proporciona ao conhecimento científico.

PALAVRAS-CHAVES: Romance de 1930; José Lins do Rego; Nordeste; representação.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I: José Lins do Rego: vida e formação	15
1.1 A aurora da minha vida.....	16
1.2 Os anos 1920 no Recife: Modernismo e Regionalismo.....	25
1.3 Maceió e o romance de 1930	36
Capítulo II: Os anos de 1920-1930: manifestações políticas, decadência social e o Romance de 1930	40
2.1 O cenário brasileiro: manifestações políticas	41
2.2 Decadência Social.....	51
2.3 Romance de 1930.....	55
Capítulo III: As representações do Nordeste açucareiro.....	64
3.1 Representação do engenho.....	64
3.2 Representação da memória e do coronelismo.....	68
3.3. Representação da masculinidade	70
3.4. Representação da família patriarcal	73
Considerações Finais	81
Referências	84

Introdução

O objetivo deste trabalho é compreender como o romancista paraibano José Lins do Rego (1901-1957) representou o Nordeste em suas obras, particularmente no romance *Menino de Engenho* (1932), analisando o caráter narrativo, memorialista e regionalista de seus escritos.

O interesse por discutir a relação entre história e literatura surgiu no decorrer da graduação por conta de inquietações provocadas a partir das disciplinas, provocando-me a levar esta discussão para o trabalho de conclusão de curso. Vários literários me vinham à mente, notadamente aqueles voltados para o chamado regionalismo literário. Neste sentido, já conhecia alguns romances de José Lins do Rego e foi então que decidi pesquisar alguns aspectos de sua produção.

Sendo assim, com o desejo de contribuir para o debate atualmente travado no campo da história a respeito das suas interfaces com a literatura, este trabalho consiste num exercício de problematização e utilização da literatura como fonte histórica. Particularmente, esta pesquisa problematiza os escritos de Lins do Rego, atentando para o fato de que se apresentam como produtos sociais, historicamente localizados, que representam importantes testemunhos da sociedade em que se situam e que se relacionam com o mundo intelectual de seu tempo, no caso os romancistas de 1930.

A escrita da história, assim como a de um texto em moldes literários, passa pela tessitura de um fio que deve unir os acontecimentos, até mesmo aqueles que num primeiro momento parecem distantes, a fim de lhes conferir uma significação. No debate entre história e literatura, as narrativas ditas ficcionais possuem a vida como referência. Por isso, ao construírem, tecerem e elaborarem novas versões sobre o real, apresentam possibilidades de leitura dos mais variados aspectos referentes a uma determinada época. Sobre isso, assim expressou Pesavento:

O mundo da ficção literária – este mundo verdadeiro das coisas de mentira – dá acesso para nós historiadores, às sensibilidades e às formas de ver a realidade de um outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam. Isto implicaria não mais em buscar o fato em si, o documento entendido na sua dimensão tradicional, na sua

concretude de “real acontecido”, mas de resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam (PESAVENTO, 2006, p. 6).

Dessa maneira, as aproximações e distanciamentos entre História e Literatura não podem restringir-se apenas ao debate entre realidade *versus* ficção ou em outros termos ciência *versus* arte. É conveniente também pensar as possíveis formas de apreensão da realidade que são constituídas, levando-se em conta as possíveis diferenças entre ambas e delimitando os saberes que são produzidos.

No âmbito das produções que visam apresentar relações entre a História e a Literatura, Albuquerque Júnior (2007) vai estabelecer discussões acerca da relação entre História e Literatura, a partir da possibilidade de se pensar uma articulação entre ambas. Desta forma não se propõem fazer uma distinção entre História e Literatura, pois,

Talvez a diferença entre a História e a Literatura seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem as ordens diversas do discurso, seguem regras e formas diferenciadas; mas o gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que na cultura ocidental moderna se define como sendo o masculino, enquanto a Literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo o feminino (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 49).

O interesse dos historiadores por traços do cotidiano e pelos imaginários sociais coloca em questão o estatuto teórico da disciplina História. Burke (2013, p. 3) atenta que foi o “desejo de uma história com uma face humana, em reação contra a macro-história, a história quantitativa e o determinismo, que atirou os historiadores nos braços dos romancistas”. É possível considerar a Literatura e a História como versões possíveis da recriação do “real”. Sendo assim, podemos pensar a Literatura como um “mundo reconstruído” pelas palavras e representações que o autor faz a partir da sua “operação literária” historicamente situada.

Com efeito, é no interior desse debate que se inscreve este trabalho, cujo objetivo central é analisar a escrita de José Lins do Rego em uma interface que aproxima a História e a Literatura no Brasil, em inícios do século XX.

O Brasil vivenciou na década de 1920 duas importantes manifestações literárias que tem sido preocupações constantes dos historiadores: o modernismo e o regionalismo. O José Lins do Rego, objeto de minhas preocupações acadêmicas, adotou

as propostas do regionalismo, enfatizando os aspectos memorialísticos do período no qual passou no engenho do seu avô. O que deu notoriedade para que seus escritos tenham como cenário a decadência da sociedade açucareira.

Para dar suporte bibliográfico ao entendimento da vida desse sujeito e da sociedade em que viveu, utilizaremos, dentre outros, os seguintes autores: Castello (1961), quando apresenta a trajetória intelectual de José Lins do Rego; Oliveira (1997), ao tratar da construção da ideia de decadência do patriarcado rural nas primeiras décadas da República; Albuquerque Junior (2006), tratando da institucionalização da ideia de invenção do Nordeste; Arrais (2006), quando propõe a leitura do Recife como uma “capital da saudade”.

A produção literária de José Lins do Rego foi dividida por ele e pela crítica literária em ciclos. Inicialmente, tivemos os romances do “Ciclo da cana-de-açúcar” que é composto pelos livros que retratam a rememoração de sua juventude nos engenhos nordestinos. Temos como obras *Menino de Engenho* (1932); *Doidinho* (1933); *Banguê* (1934); *O Moleque Ricardo* (1935); *Usina* (1936). Em seguida, tivemos o “Ciclo do cangaço, misticismo e seca”, característico por narrar aspectos de um outro Nordeste, aquele da caatinga, com seus heróis e santos fora da lei. As obras que compõe este ciclo são: *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953). Por fim, tivemos o ciclo das “Obras independentes” que apresentam temas diferentes, com lutas prioritárias, lirismo erótico e memorialismo. As obras são: *O Moleque Ricardo* (1934); *Pureza* (1937); *Riacho Doce* (1939); *Água Mãe* (1941); *Eurídice* (1947) e *Meus Verdes Anos* (1956).

Desta forma, iremos nos deter ao “Ciclo da cana-de-açúcar”, particularmente, *Menino de Engenho* (1932), por apresentar como se deu, no Nordeste açucareiro, a decadência do engenho, seria a representação literária da percepção daquele “menino de engenho” que vivenciou essa mudança social no tempo. Não se trata de apresentar um Nordeste “perdido”, mas de atribuir sentidos à região e à tradição gerada no interior dos engenhos de cana-de-açúcar. Portanto, busco perceber como José Lins (re)apresenta o Nordeste; como ele, enquanto romancista, se vê participando de um sentimento de perda das referências espaciais e, com isso, passa a escrever sobre a saudade de um Nordeste interiorizado e remetido a sua infância e adolescência nos engenhos.

Situamos esta pesquisa no campo da História Cultural, em especial, nas articulações entre práticas e representações. A representação assume um dos papéis essenciais da história cultural, na qual “tem como objeto identificar o modo como em

diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Isso significa dizer que nosso aporte teórico baseia-se nas discussões de Roger Chartier (1990 e 2002) acerca da representação. Importante destacar que Chartier confere à representação do mundo social um “diagnóstico fundado na razão, [e que] são sempre determinados pelos interesses dos grupos que os forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Vemos que a representação não é um elemento neutro, sem intenções, mas que busca apresentar a percepção de mundo em um determinado grupo, que elabora as suas estratégias e que impõe sua autoridade. Assim, o ato de representar passa pela ideia de “descrever a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19).

Pensando o conceito de representação neste trabalho, entendemos que José Lins do Rego apresenta a sua ideia de Nordeste como reação às mudanças que poderiam afetar o seu espaço de conforto. Um descendente do patriarcado açucareiro que resolveu narrar acontecimentos importantes da sua juventude, mas que não deixa de demonstrar a sua saudade, a sua memória e o seu interesse para que aquele mundo não se perca, que as tradições não sejam esquecidas. A representação de uma saudade.

Mas como se deve trabalhar a literatura na pesquisa histórica? De acordo com Ferreira (2009), cabe ao historiador refletir sobre o que é literatura; estar atento às várias formas literárias no decorrer do tempo e às circunstâncias em que foram construídas e perpetuadas; não estabelecer valores de juízo estético, pois não lhe cabe eleger entre os clássicos, populares ou malditos; cabe questionar o público a que o texto literário se destina e o papel que desempenha nas condições culturais e sociais de sua época. Recomenda, ainda, que não se deva ficar preso unicamente ao texto literário, deve-se confrontá-lo com outras fontes que permitam uma contextualização da obra para percebê-lo na relação com outros textos coetâneos e, logo, entender suas variadas inserções e construções sociais. Vejamos no dizer de Ferreira,

O historiador deve ficar atento ao considerar os movimentos literários e as vanguardas artísticas que, ao legarem sua própria memória e versão dos embates culturais, promovem a auto consagração e criam

marcos periodizadores estanques na história da literatura, subordinando seus significados históricos a uma visão unilateral. É nossa tarefa colocá-los à prova (FERREIRA, 2009, p. 75).

Nesses termos, metodologicamente falando, analisaremos o livro *Menino de Engenho*, destacando quais representações de Nordeste podem ser identificadas na obra de José Lins do Rego.

Para melhor apresentar nosso trabalho, ele foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “**José Lins do Rego: vida e formação**”, apresentamos uma breve biografia do nosso personagem, destacando suas vivências e sua formação intelectual. A importância que a cidade do Recife teve na sua trajetória, o seu ciclo de amizades e as primeiras polêmicas e produções até a sua ida para Maceió, onde se reuniu a outros intelectuais e produziram o chamado Romance de 1930. O que move este capítulo é perceber como se deu a formação de um intelectual nordestino.

No segundo capítulo, intitulado “**Os anos 1920 e 1930**”, pontuamos alguns dos acontecimentos nacionais dos anos 1920. Para, assim, elaborarmos as condições de possibilidade das produções de José Lins do Rego nos anos 1930. Apresentamos o romance de 1930 e como ele ganhou a entonação de denúncia social. Ainda abordamos a crise das oligarquias nessas mesmas décadas e como foi instituída a ideia de decadência da sociedade patriarcal.

E por fim, no terceiro capítulo, “**As representações de Nordeste açucareiro**”, analisamos a obra *Menino de Engenho* (1932), discutindo como o Nordeste e/ou engenho açucareiro é representado pelo escritor José Lins do Rego.

Capítulo I

José Lins do Rego: vida e formação

O objetivo deste capítulo consiste em refletir sobre a vida e a formação de José Lins do Rego. Buscamos demonstrar a importância que a cidade do Recife teve na sua formação, a constituição de suas redes de amizade e a sua ida para a cidade de Maceió, onde aconteceu a sua efetivação como romancista do chamado romance de 1930. Nossa principal inquietação neste capítulo é perceber como se deu a formação de um intelectual nordestino a partir do seu lugar social¹, mais particularmente um sujeito que percebia os seus alicerces serem substituídos pelo advento da modernidade. Um menino que habitou o interior dos engenhos nordestinos e, a partir desse fato, atribuiu a si a tarefa de, juntamente com outros intelectuais, constituir tradições para a região.

Buscamos aqui compreender o período da vida de José Lins do Rego que circunda até a década de 1930. Para tanto, como tratamos com aspectos biográficos, não podemos esquecer que o seu lugar social está relacionado a produção de uma “escrita de si”, conceito trabalhando por Gomes (2002,) ou seja, muitos dos escritos de José Lins do Rego se referem a suas próprias lembranças da infância e juventude. Foi deste lugar que ele se construiu enquanto um intelectual nordestino.

Entendemos o intelectual a partir das proposições de Albuquerque Júnior (2005), quando nos informa que a palavra intelectual surgiu no final do século XIX em substituição ao termo erudito. Segundo ele,

O substantivo “intelectual” surge para nomear, portanto, o que seria uma nova “classe” de pensadores e escritores, quase sempre em oposição à ordem sócio-política estabelecida – ou ao menos à margem dela – tendo, pois, o sentido de alguém descontente, que mantém uma atitude crítica e independente frente ao governo e à sociedade de seu país (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005 p. 4)

¹ Pensamos o lugar social a partir das reflexões de Michel de Certeau (2000) quando nos aponta que o lugar social é construído historicamente e funciona ao mesmo tempo como uma possibilidade e como uma limitação, posto que é através dele que uma narrativa é pensada, construída e torna-se conhecida. Desta maneira, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar social de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2000, p. 66). Assim, o lugar social de José Lins do Rego é o de neto de senhor de engenho, herdeiro da sociedade patriarcal que corrobora em seus escritos para a ideia de decadência.

A substituição da figura do erudito pela figura do intelectual como sujeito do conhecimento no Ocidente se deu de maneira lenta e diversificada, tomando para si novos espaços institucionais, outras maneiras de se agrupar, de organização profissional e política.

1.1 A aurora da minha vida...

José Lins do Rego nasceu em 03 de junho de 1901, no engenho Corredor, município de Pilar, estado da Paraíba. Foi criado por seu avô materno, o coronel José Lins Cavalcante de Albuquerque, proprietário do referido engenho; e por uma tia, a “tia Maria”. A infância de Jose Lins do Rego, segundo ele próprio, foi marcada pela ausência dos pais, (a mãe morrera muito cedo e o pai raramente o visitava), pelos tormentos da saúde, “destemperos de sexo” e por um sentimento de rejeição do ambiente familiar. Vejamos como José Lins do Rego descreve os primeiros anos de sua vida:

Chamei de verdes anos o tempo da minha infância. E em livros de memórias procurei reter tudo o que me resta daquela “aurora” que para o poeta Casimiro fora o das saudades, dos campos floridos das borboletas azuis. Em meu caso as borboletas estiveram misturadas a tormentos da saúde, a ausência de mãe, a destemperos de sexo. E tantos espantos alarmaram os meus princípios que viriam eles me arrastar às tristezas que não deviam ser as de um menino. [...] O neto de um homem rico tinha inveja dos moleques da bagaceira. A ausência do pai que não era bem visto pelos parentes maternos fez de mim uma criatura sem verdadeiro lastro doméstico. Sempre fui menino criado pelo avô, assim como um rejeitado, apesar de todas as grandezas do avô. [...] A asma fez de mim um menino sem fôlego para as aventuras pelo sol e pela chuva. Tinham cuidados demasiados com a criança franzina que não podia levar sereno e tomar banho de rio. O meu temperamento não era de um contemplativo. Tinha vontade de correr os campos com os de minha idade. E se saía dos limites impostos, acontecia o ataque de “puxado” e teria que sofrer as agonias de um afogado. E mais ainda as reclusões forçadas com as negrotas a me aguçarem desejos e concupiscências (REGO, 1956, p. 5).

Iniciou seus estudos no internato Nossa Senhora do Carmo, município de Itabaiana, na Paraíba; deu continuidade à educação básica no Instituto Carneiro Leão e no Ginásio Pernambucano. Naquele momento, como membro da sociedade literária

Arcádia Pio X, pronunciou uma palestra sobre Oliveira Lima² e publicou um artigo a respeito de Joaquim Nabuco³ na *Revista Pio X*.

Em 1919, o neto de senhor de engenho foi para a cidade do Recife, local onde se matriculou no curso de Ciências Jurídicas, na tradicional Faculdade de Direito do Recife⁴. O acadêmico de Direito se entregou ao jornalismo⁵, José Lins escrevia para a imprensa⁶, mais especificamente para o *Diário do Estado* (Paraíba), no qual mantinha uma coluna intitulada *Ligeiros Traços*, publicando semanalmente textos curtos, orientados em duas vias: um ligado à crítica literária e outro relacionado a temas atuais.

Na época, o principal periódico regional era o *Diário de Pernambuco*. Fundado em 1825, no Recife, o *Diário de Pernambuco* demonstrou ser, no começo do século XX, um dos mais importantes meios de comunicação e informação dos estados do Norte do país. Abarcava assuntos ligados ao entorno da região e também assuntos do Rio de Janeiro e São Paulo. Como nos apresenta Souza Barros (1972) em seus escritos sobre os aspectos culturais e políticos do Recife da década de 1920,

² Manuel de Oliveira Lima, um dos mais notáveis historiadores brasileiros nasceu na capital de Pernambuco em 25 de dezembro de 1867. Faleceu em Washington (Estados Unidos da América), em 24 de março de 1928. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras foi educado em Lisboa desde a mocidade. Para maiores informações ver: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=429&sid=347>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

³ Joaquim Nabuco (1849-1910) nasceu no Recife, Pernambuco, no dia 19 de agosto. De família ilustre, pai, avô e bisavô foram Senadores do Império. Foi político, diplomata, advogado e escritor brasileiro. Foi o mais importante e o mais popular dos abolicionistas. Foi o fundador da cadeira nº 27 da Academia Brasileira de Letras. Para maiores informações ver: <http://www.e-biografias.net/joaquim_nabuco/>. Acesso em: 05 mar. 2015

⁴ Naqueles anos, era costume os senhores mais bem colocados economicamente mandarem seus herdeiros para estudar fora. Em muitos casos, saíam do interior e iam para a capital de Pernambuco, haja vista o caráter social de se ter um membro da família envolvido no mundo das letras.

⁵ Recife era também o centro jornalístico de uma vasta área que ia de Alagoas até o Maranhão, como pôde constatar Gilberto Freyre, ao pesquisar os anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*, ao longo do século XIX e início do século XX. Ele usou a área de influência deste jornal para afirmar os limites do que seria a região Nordeste. José Lins do Rego chega a afirmar que o “Diário” teria servido para iniciar muitos filhos de senhor de engenho nas primeiras letras. Com o passar do tempo, este jornal tornou-se o principal veículo de disseminação das reivindicações dos Estados do Norte, bem como se constituiu num divulgador das formulações em defesa de um novo recorte regional: o Nordeste. Mais detalhes conferir: ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011. p. 85.

⁶ No Brasil, a partir dos anos 1920, começava a se fortalecer um jornalismo em moldes empresariais, que já existia desde o final do século XIX; mas também começava a surgir um tipo de imprensa que circulava no espaço urbano: periódicos de caráter artesanal, feitas em baixas tiragens e de vida efêmera. Esse modelo persiste criticamente ao longo da década, em geral, como forma de atender as injunções originadas da luta política. A imprensa, com seus jornais, periódicos e revistas, apresentava ganhos. Além de lucrativo economicamente, com o crescimento do número de assinaturas e dos anúncios publicitários, há também o ganho simbólico: a crescente participação da imprensa no jogo político. Se auto proclamando “espelho da sociedade”, tinha papel decisivo na formação de uma opinião pública, passando a ser, também, centro irradiador de valores, ideias e crenças. Maiores informações ver: ARAÚJO, 2013, p. 3.

É necessário atentar que, à época, a imprensa, como divulgação, centralizava um poder muito maior que hoje. Não se podia admitir o intelectual se ele não aparecesse na imprensa numa atividade qualquer, nela trabalhando diretamente ou levando como colaborador as suas produções (SOUZA BARROS, 1972, p. 176).

Era muito importante o pertencimento aos meios de imprensa por ser esta uma das principais propagadoras de ideias e de formação de opinião. Como outros meios de comunicação mais modernos demoravam para circular com as notícias, a imprensa, por meio de jornais e periódicos, ganhou notoriedade. Era visível o prestígio que uma pessoa possuía por compor este mundo. Logo, como principal divulgador das notícias, o jornal despertava o constante interesse de muitos intelectuais que não encontravam espaço em outros meios.

Começar a carreira das letras por meio da imprensa e do jornal era corriqueiro. Muitos intelectuais obtiveram sucesso a partir daquilo que escreviam nas colunas dos jornais. Fato importante é que o jornal concentrava um grande volume de pessoas e permitia a inserção em redes de amizade. Vemos que o jornal se apresentava como divulgador de todos os acontecimentos centrais da cidade, da região e do país. Sendo assim, era importante para um escritor ter seu nome vinculado à imprensa, na medida em que esta possuía um poder de apresentar e abrir várias vias para o intelectual alcançar renome. Como afirma Miceli,

Não havendo na República Velha, posições intelectuais relativamente autonomizadas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual sob suas diferentes modalidades, vão depender quase que inteiramente das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação. Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais (MICELI, 1977, p. 15).

De acordo com Castello (1961, p. 91), nas férias do ano de 1920, passadas na capital paraibana, José Lins do Rego conheceu José Américo de Almeida, uma de suas primeiras amizades. Naquele momento, José Lins do Rego diminuiu a frequência de

visitas ao engenho de seu avô no período de férias e, assim, teria começado a se manifestar nele o confronto entre o patriarca e o bacharel. Ao definir esse tipo de relação, Souza Barros afirmou:

Não é de admirar, portanto, a influência exercida pelas Faculdades de Direito, sobretudo a do Recife, não só no âmbito do Nordeste como igualmente, fora dessa área, com os nomes que se tornaram famosos e que passaram pelos seus bancos escolares. Como o estudo era, ainda à época, um privilégio das classes dominantes e dos “filhos de algo” que provinham da agricultura da cana (Nordeste), o bacharel foi, sem dúvida, o homem necessário para tratar dos interesses da administração e da economia, sobretudo no que tocava aos seus aspectos legais e de estrutura (SOUZA BARROS, 1972, p. 187).

A Faculdade de Direito do Recife possuía em seu círculo notáveis intelectuais como Farias Neves Sobrinho⁷, Tobias Barreto⁸, Odilon Nestor⁹, Joaquim Pimenta¹⁰ dentre outros. Fato que por si só demonstra o quanto o pertencimento e a proximidade com esses intelectuais era interessante para aqueles jovens que ingressavam naquele mundo. No decorrer do curso, José Lins do Rego não teria demonstrado muito interesse pelos estudos, de modo que seu rendimento nas disciplinas teria se dado, por várias vezes, como “simplesmente” aprovado. Para termos ideia desse desinteresse de José Lins, vejamos como ele descreve aquele momento de sua vida:

⁷ Joaquim José de Faria Neves Sobrinho (1872-1927) foi um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras e ficou conhecido como o “Lulu Sena” a poesia satírica do Estado. Seu único romance é *Morbus* (1989). Mais detalhes conferir: Disponível em http://www.sppert.com.br/Artigos/Brasil/Cultura/Literatura/Naturalismo/Faria_Neves_Sobrinho/. Acesso em: 05 mar. 2015.

⁸ Tobias Barreto (1839-1889) foi filósofo, escritor e jurista brasileiro. Foi o líder do movimento intelectual, poético, crítico, filosófico e jurídico, conhecido como Escola do Recife, que agitou a Faculdade de Direito do Recife. Patrono da cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras. Mais detalhes conferir. Disponível em http://www.e-biografias.net/tobias_barreto/. Acesso em: 05 mar. 2015.

⁹ Odilon Nestor de Barros (1874- 1968). Publicou em revistas e jornais do Recife. Foi o primeiro redator chefe do *Jornal do Comércio*, de Pernambuco. Poeta e jurista, o sertanejo, foi à Europa mais de 15 vezes e era professor de Direito Internacional. Maiores detalhes ver. Disponível em http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/pequeno_d.pdf. Acesso em: 05 mar. 2015.

¹⁰ Joaquim Pimenta (1886-1963) foi promotor público na cidade do Recife, secretário da Inspeção Geral de Ensino de Pernambuco. Atuou como professor da Faculdade de Direito. Tomou parte das campanhas políticas e colaborou com a força revolucionária que depôs Estácio Coimbra. Patrono da cadeira nº 24 da Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro. Maiores detalhes ver. Disponível em: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2396:joaquim-pimenta&catid=293&Itemid=101# Acesso em: 05 mar. 2015.

O estudante José Lins do Rego, aquele que mal sabia onde ficavam as vossas salas de aula, mas que era íntimo de todas as agitações da escola, o que gritava pelos vossos corredores, cantando em voz alta e desafinada árias de opereta da moda, o que botava apelidos, o que se fizera de terror e arruaças de rua e boemia, o rapaz perdido, o aluno péssimo de Dr. Amazonas, bacharel de 1923, que não entrou no quadro de formatura, por que consumiu em cerveja da rua do santo Amaro as verbas do avô. Fui criatura de triste figura em curso de generosas simplesmente, o estudante que brincou com vossas grandezas, sem levar em conta as responsabilidades de sua geração (REGO *apud* FREIRE, 2014, p. 38).

A escrita de José Lins do Rego é marcada pelo tom memorialista e autobiográfico – seguindo as colocações de Gomes (2004), pela escrita de si ou escrita auto referencial, que faz parte de um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar de produção de si no mundo ocidental. A prática da escrita de si pode ser compreendida como parte de um variado conjunto de ações, que vão desde as autobiografias até os diários íntimos, passando pela constituição de uma memória de si. A escrita de si é comumente associada à ideia de “teatro da memória”, no sentido de que há uma evidência para o indivíduo como personagem de si mesmo e assim da história do grupo a que pertence.

O estudo das práticas de escrita de si é possível a partir da relação estabelecida entre o indivíduo moderno e seus documentos, que toma como ponto central a ideia de que,

Através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser algo alargado. Embora o ato de escrever sobre a própria vida e a vida de outros, bem como de escrever cartas, seja praticado desde há muito, seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno. A chave, portanto, para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais (GOMES, 2004, p. 11).

O aparecimento do indivíduo nas sociedades ocidentais deu margem também para a ideia de “ilusão biográfica”, expressão de Pierre Bordieu (2006) que coloca este conceito como vindo do senso comum, adentrando o meio científico e, em suas palavras, representando “inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma

existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 2006, p.183). Este entendimento tem por base a negação da ideia de que a história de vida se daria no sentido linear, na qual o indivíduo nasce, cresce, se desenvolve e morre, de maneira que tudo aquilo que aconteceu durante o período de sua existência fluísse numa rede de eventos organizados em volta do próprio fim da história.

Esta forma teleológica de compreender a biografia associada a uma estrutura de relato e a um romance, no qual as ações estão colocadas de forma cronológica, em que o enredo se dirige para um fim, um desfecho, é definido por Bordieu como “ilusão biográfica”. Seria uma tentativa de se entender e narrar a vida de uma pessoa em um dado período, levando em conta a linearidade temporal da vida entre o nascer e o morrer – como se a vida fosse um desdobramento cronológico contínuo explicado por uma existência cujo o sentido estaria no nome próprio adquirido.

Nesses termos conceituais, podemos perceber em José Lins uma explicação biográfica que apontaria para um certo desinteresse pela sua própria formação de bacharel em Ciências Jurídicas, em favor de uma narrativa mais favorável à atividade literária e intelectual. Se pensarmos as narrativas que descrevem as ações do jovem estudante, sejam de seu próprio punho ou apoiadas em seus escritos, veremos que elas se voltam para as manifestações que iam aparecendo em Recife:

A condição de neto de senhor de engenho, dava-lhe respaldo financeiro, permitindo mesmo uma vida boêmia ou, segundo suas próprias palavras, um ‘jeito de viver desregrado’, que o afastava de uma frequência regular à Faculdade de Direito e, de uma dedicação maior aos estudos jurídicos (AZEVEDO, 1984, p. 30).

Ponto de encontro, a Faculdade de Direito foi o local onde várias amizades foram surgindo. Neste círculo que ia se formando, José Lins tornou-se amigo de Osório Borba¹¹, com quem fundou, em 1922, o periódico panfletário *Dom Casmurro*. Esse periódico não existiu por muito tempo, mas agitou a vida dos recifenses, tratando de

¹¹ José Osório de Moraes Borba (1900- 1960) foi jornalista, e parceiro de José Lins do Rego no periódico “Dom Casmurro”. Escreveu ainda, no *Jornal Pequeno*, no *Diário de Pernambuco*, no *Diário da Tarde* e no *Diário da Manhã* (do Recife), dentre outros. Mais detalhes conferir. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/links/OsorioBorba.html>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

discussões que abarcavam desde as manifestações literárias às disputas pelo poder. Nas palavras de um estudioso do assunto:

Naquele ano (1922), o romancista do Ciclo da cana-de-açúcar, se juntaria a Osório Borba para editar um panfleto literário e político. E Dom Casmurro empolgou o Recife, pelo seu tom de desafio. Borba liderava o ataque. Os artigos de José Lins não possuíam a agressividade dos escritos pelo futuro autor de *A Comédia Literária*. Nenhum deles, entretanto, atacava problemas, mas indivíduos (SOUZA BARROS 1972, p. 180).

De acordo com Neroaldo Pontes de Azevedo (1984, p. 23), o semanário *Dom Casmurro* poderia ser descrito como um exemplo do envolvimento político da imprensa e de suas consequências: “é a crônica política que constitui o grosso das publicações do impiedoso panfleto, que era temido por suas críticas aos políticos locais, à ‘politicagem provinciana’ em geral ou à atuação do governo federal”. *Dom Casmurro* chegou a ter suas páginas roubadas. Acerca disso, vejamos:

A revista panfletária *Dom Casmurro*, de Osório Borba e José Lins do Rego, [...] estava sendo composta e impressa na modesta tipografia de Nelson Firmo, que tomara a peito o trabalho, recusado por várias outras oficinas gráficas, temerosas de represálias policiais. Pois, no assalto de 30 de abril, os vândalos carregaram todas as páginas de *Dom Casmurro* em ponto de impressão (NASCIMENTO, 1967, p. 217).

No aspecto cultural, *Dom Casmurro* se voltava ativamente para críticas ao Modernismo de São Paulo. No aspecto político, o jornalista José Lins passou a defender ativamente a campanha de Manuel Borba¹², indo em direção oposta ao intervencionismo

¹² Manoel Antônio Pereira Borba (1864-1928) estudou na Escola do Professor Demétrio Toledo, na cidade de Pilar, Paraíba e, transferindo-se para o Recife, na Escola do Professor Albino Meira, concluindo o curso de Humanidades, no Colégio Pernambucano. Em 1883, entrou na Faculdade de Direito do Recife, colando grau em 1887. Em 1888, já exercia a advocacia em Itambé, Pernambuco, e era nomeado promotor da Comarca de Itabuna. Como governador de Pernambuco (1915-1919) criou a Imprensa Oficial. Depois que deixou o governo conseguiu eleger-se senador. Mais detalhes conferir. Disponível em:

<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=712:man-oel-borba&catid=48:letra-m&Itemid=192>. Acesso em: 20 out. 2014.

do governo de Epitácio Pessoa¹³, no Estado de Pernambuco. Foi neste momento que passou, também a escrever crônicas dominicais, uma vez que passou a substituir Barbosa Lima Sobrinho¹⁴ no *Jornal do Recife*.

O ano de 1923 foi importante para a formação do pensamento intelectual de José Lins do Rego, pois sua turma do curso de Direito se formou e também foi o ano em que conheceu Gilberto Freyre, que acabara de chegar da Europa e trazia na bagagem valiosas contribuições para o futuro do romancista paraibano. É inegável a importância da amizade de ambos. Entretanto, há de se fazer algumas ressalvas sob a relação de submissão que José Lins é tratado em alguns escritos acerca da amizade entre os dois intelectuais.

Pelas palavras de Gilberto Freyre, a participação de José Lins do Rego nos jornais de Recife não era vista com bons olhos por questões de preferências políticas. Apesar de o próprio José Lins ter feito a afirmativa “Para mim tivera começo naquela tarde de nosso encontro a minha existência literária”, há que se refletir sobre esta frase. Acerca disso, vejamos,

José Lins, ao mesmo tempo em que praticava a boemia e o jornalismo político, construía-se também como crítico literário, desde pelo menos seus primeiros artigos como colaborador da imprensa. Ainda no Diário do Estado, onde contava com uma sessão própria, alimentada semanalmente. Antes de conhecer Gilberto Freyre, nos idos de março de 1923, José Lins não era um rele estudante, alguém sem existência literária, esperando um mestre para lhe revelar o caminho a seguir, como os textos de Freyre querem nos fazer crer. Embora adotasse a boemia e o panfletarismo político, ele não se reduzia a isso (FREIRE, 2014, p. 56).

¹³ Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942). Formou-se advogado na Faculdade de Direito do Recife em 1887 e, em 1890 foi eleito deputado constituinte. Tornou-se ministro da Justiça no governo Campos Salles, em 1898, e ministro do Supremo Tribunal Federal, em 1902. Como ministro da Justiça, impulsionou o projeto de redação do Código Civil, confiado a Clóvis Beviláqua, além de ter coordenado a chamada "política dos governadores", que regulamentou a aprovação dos mandatos de deputados e senadores.

Em 1919, chegou à presidência da República. Mais detalhes conferir. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/epitacio-da-silva-pessoa.jhtm>>. Acesso em: 20 out. 2014.

¹⁴ Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) foi político brasileiro. Foi Deputado Federal em diversas legislaturas e Governador de Pernambuco. Foi também jornalista, advogado e escritor. Foi Membro da Academia Brasileira de Letras e Presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Mais detalhes conferir. Disponível em: <[Http://educacao.uol.com.br/biografias/barbosa-lima-sobrinho.jhtm](http://educacao.uol.com.br/biografias/barbosa-lima-sobrinho.jhtm)>. Acesso em: 20 out. 2014.

De acordo com Diego José Fernandes Freire (2014), a imagem que Gilberto Freyre deixava transparecer de José Lins do Rego, quanto ao seu caráter ativista, deve ser refletida por dois aspectos: inicialmente, porque essa imagem está dentro de uma estratégia discursiva de consagração do escritor Pernambuco; e ainda uma intenção maior que seria a de consagrar Gilberto Freyre e o seu impacto na formação de José Lins do Rego, que pode ser explicitada na seguinte frase “conversão de Lins do Rego panfletário demagógico para José Lins do Rego escritor” (FREYRE *apud* FREIRE 2014, p. 45).

É tanto que, se observarmos os textos acerca de José Lins do Rego, é visível a consagração que se faz de Gilberto Freyre perante José Lins do Rego. Conforme apontamos, o pernambucano tendeu a se colocar como um ponto determinante para o paraibano se tornar romancista. Era como se Gilberto Freyre colocasse sua influência como elemento imprescindível para a formação literária de José Lins do Rego

De toda forma, há de se reconhecer que a amizade de ambos foi importante, o que não implica colocarmos a postura de Gilberto Freyre como a de alguém que precisasse ser consagrado, posto que já fosse um intelectual reconhecido no âmbito nacional e internacional. A percepção de consagração, que pensamos existir nos textos freyreanos a respeito de José Lins, está ligada à intenção de consagrar Freyre como mentor responsável pelo aparecimento do romancista paraibano. Como José Lins do Rego contribuiu por vários anos para jornais regionais, resenhou vários livros, participou de vários debates literários, não é de todo certo, como ele próprio afirmou em texto laudatório ao amigo, que anteriormente a Gilberto Freyre não tivesse já sua existência literária.

Foi em meio a essa vida agitada que, tendo seu nome vinculado aos jornais de Recife e as discussões políticas locais, o romancista concluiu o curso de Direito, em 1925. Após esse fato, motivos pessoais o levaram para outros espaços. Mesmo assim não deixou de se corresponder com os amigos. Dedicou-se neste período ao jornalismo, à crônica e à crítica literária, sendo esta última um traço definidor de sua postura de futuro romancista (regionalista).

1.2 Os anos 1920 no Recife: Modernismo e Regionalismo

De acordo com Albuquerque Júnior, a década de 1920 corresponde ao auge do processo de emergência daquilo que podemos chamar de um novo regionalismo, que

Extrapola as fronteiras dos Estados, que busca o agrupamento em torno de um espaço maior, diante de todas as mudanças que estavam destruindo as espacialidades tradicionais. O convívio tranquilo entre o olho e espaço era profundamente transtornado e transformado pelo crescente advento dos artifícios mecânicos. O espaço perdia cada vez mais sua dimensão natural, geográfica, para se tornar uma dimensão histórica, artificial, construída pelo homem. As cidades em crescimento acelerado, a rapidez dos transportes e das comunicações, o trabalho realizado em meios artificiais acelerava esta “desnaturalização” do espaço (...) os espaços pareciam se partir em mil pedaços, a geografia entrar em ruína. (...) tudo na cidade era novo, era chocante (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 60).

Seguindo a trilha fornecida pelo autor acima, vemos que o aparecimento de um novo regionalismo e, com ele, uma outra forma de pensar a região, só foi possível por conta da emergência da formação discursiva nacional-popular. Essa formação discursiva “pensava a nação por meio de uma conceituação que a via como homogênea e que buscava a construção de uma identidade, para o Brasil e para os brasileiros, que suprisse a diferenças, que homogeneizasse estas realidades” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 61).

Naquele momento, elementos históricos e culturais locais foram agenciados como elementos identificadores do Nordeste, passando pelo cangaço, messianismo, coronelismo, dentre outros. Com as mudanças que estavam se dando na estrutura das cidades da região, pois, vários discursos foram elaborados por parte de nortistas e sulistas para comporem uma identidade nordestina para a região. Marcos que foram influenciados pelas escritas tanto de intelectuais modernistas quanto regionalistas. Será este o ponto discutido neste item.

A cidade do Recife, como outras capitais brasileiras, passou por mudanças arquitetônicas, culturais, sociais e históricas com o advento da modernidade. No entender de Arrais (2006), uma convicção parece ter invadido o pensamento dos pernambucanos na primeira metade do século XX, especialmente os escritores que

tinham relações afetivas com o Recife: “a de que havia um imperioso chamado para que, através do esforço da arte, eles se entregassem à tarefa de recuperação das origens perdidas da cidade” (ARRAIS, 2006, p. 19).

É interessante pensarmos sobre quais origens perdidas que Raimundo Arrais se refere. No início da década de 1920, a recém nomeada região Nordeste passava pelas consequências decorrentes da decadência da economia açucareira que, durante décadas, era sua matriz econômica. Ao mesmo tempo, estados como Rio de Janeiro e São Paulo se modernizavam estimulados pela indústria, imigração e pelo apoio econômico dos grandes proprietários. Enquanto o Nordeste estaria clamando por ajuda, Rio de Janeiro e São Paulo se desenvolviam ainda mais.

Particularmente, em Recife, buscou-se alimentar uma reação local para o desenvolvimento que atingia algumas regiões do país e da qual Recife não participava no mesmo ritmo de intensidade. Sobre isso, nesse contexto, a revista *Nossa Terra* publicou o artigo intitulado “O nosso centenário”, fazendo uma convocação para que fosse realizada em Recife uma comemoração do centenário da independência, pois “o Brasil não é nem pode ser simplesmente o Rio de Janeiro e São Paulo” (AZEVEDO, 1984, p. 19).

Deve-se ter em mente, ainda, que o Recife não é uma cidade de construção histórica recente. Antes, possui uma história que

Atravessava períodos históricos distintos, possuía desenhos urbanos diferenciados, memória solene de tantas lutas e dificuldades. Os seus atores celebravam e recordavam tantos feitos, no seu imaginário a forte presença do passado, passível de múltiplas interpretações. Recife era um cenário privilegiado para se analisar as relações dinâmicas entre o moderno e o tradicional (REZENDE *apud* CHAGURI, 2007, p. 29).

É exatamente nesta relação entre o moderno e o tradicional que se pode compreender os processos sociais que movimentaram o Recife nos anos 1920. Não se pode perder de vista o fato de que, apesar da crise açucareira, o Recife também estava envolto em projetos modernizantes, empreendidos pelo governo de Sergio Loreto (1922-1926), tais como as reformas no sistema de saúde e de higiene; a ampliação dos

serviços de luz elétrica; a abertura de ruas e avenidas; o aterro dos mangues; a substituição dos mocambos por projetos que incentivavam a construção de casas populares; além da urbanização da praia de Boa Viagem; dentre outros.

Estas reformulações ansiavam pôr ordem na situação de caos em que se encontrava boa parte dos serviços públicos do Recife, enrijecendo uma ação de civilização, marcadamente identificada com o saber científico. E, neste sentido, “[...] falava-se em se eliminar as feições coloniais e tropicais do Recife e as palavras de ordem eram ‘urbanizar, civilizar e modernizar’” (REZENDE *apud* CHAGURI, 2007, p. 30). Podemos confirmar estas mudanças a partir de um estudioso da década de 1920, em Pernambuco:

Não era mais o Recife do açúcar, ele era talvez o Recife do empório comercial [...] da rede ferroviária [...] do novo porto, discutido, mas já terminado [...] Éramos o porto e a praça. Mas éramos também a escola superior e o hospital. A escola, com as Faculdades, a de Direito e a recém inaugurada de Medicina, e a continuação de duas Escolas de Engenharia e uma de Comércio, o Centro Hospitalar, servindo a todos os Estados vizinhos. Éramos ainda a comunicação, através, inclusive, da melhor imprensa, que distribuía seus jornais pela Great Western, com atraso de apenas um dia, em mais três capitais de Estados (SOUSA BARROS, 1972, p. 80).

O Recife estava em transformação, a sua paisagem não era mais aquela dos tempos de outrora, mantida com o recurso gerado pelos canaviais e engenhos e marcada pelos grandes casarões e pelas ainda estreitas ruas coloniais. A década de 1920 foi marcada pelas discussões acerca das reformas na cidade, particularmente as ruas centenárias que foram perdendo espaço para as novas construções, que “despontam das linhas inteiras de velhos sobrados removidos na empreitada das demolições urbanas, que vão apagando importantes referências espaciais da cidade” (ARRAIS, 2006, p. 9).

Nesse momento, estava também acontecendo uma efervescência nacional das manifestações culturais e intelectuais. Os anos 1920 sediaram o aparecimento público do Movimento Modernista, tendo como “marco oficial” a realização da Semana de Arte

Moderna, de São Paulo, em 1922.¹⁵ Importante ressaltar que, mesmo antes da Semana acontecer, os intelectuais de Recife já propagavam ideias e escritos voltados para discussões modernistas/regionalistas, principalmente no *Diário de Pernambuco*, no qual enfatizavam aspectos regionais da cultura nordestina.

O movimento Modernista foi realizado em São Paulo, tendo por organizadores Mário de Andrade, Oswald de Andrade e seu grupo, com o intuito de expressar uma profunda renovação na arte e na literatura brasileira. O movimento pode ser considerado uma ação regional, no sentido de demonstrar o inconformismo dos paulistas, haja vista eles deterem grande poder econômico e influência política e, mesmo assim, o Rio de Janeiro continuava a ser o centro político e cultural do país.

O livro mais importante do movimento é *Paulicéia Desvairada*, que é do próprio Mário de Andrade, escrito por volta de 1921, centralizando as discussões acerca da cidade materna, estabelecendo uma reelaboração do acontecimento regional, sem, contudo, deixá-lo de lado.

Para sintetizar seu objetivo foi realizado a Semana de Arte Moderna de 1922, que teve como lema a “defesa da destruição do passado para se tentar construir o futuro” (AZEVEDO, 1984, p. 38). A Semana de Arte Moderna de 1922 foi um evento realizado por um grupo de intelectuais e artistas que tinham por ideal a propagação de uma estética ligada aos tempos modernos. Nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro daquele ano foram apresentadas poesias, manifestos, obras de artes plásticas e números musicais que evocavam uma inovação na arte brasileira.

De maneira geral, a bibliografia sobre o Modernismo demonstra que, nos anos seguintes à Semana, entre os anos de 1922 e 1924, a atuação dos artistas foi marcada por uma postura panfletária, no sentido de que várias revistas literárias foram criadas para demonstrar e divulgar as ideias do Modernismo, um exemplo foi a revista *Klaxon* lançada em 1922.

¹⁵ O ano de 1922 tem sido comumente abordado na historiografia como uma data emblemática em decorrência de concentrar uma série de acontecimentos que criticavam o regime oligárquico que vigorava na Primeira República brasileira. Foi em 1922 que se organizaram o Partido Comunista do Brasil, a Reação Republicana, a Semana de Arte Moderna e as primeiras manifestações tenentistas. Foi também o momento de comemoração pelo centenário da Independência. Em se tratando dos acontecimentos políticos, eles serão abordados com mais ênfase no próximo capítulo deste trabalho.

De acordo com Azevedo (1984), no Nordeste, travou-se um campo de disputas entre “futuristas”, adeptos dos ideais da Semana de Arte Moderna; e os “passadistas”, que buscavam reconhecer a originalidade dos valores e dilemas da região. Os “futuristas” do Nordeste tinham como principal meio de divulgação para as suas propostas o *Jornal do Comércio*, que tinha por proprietários os irmãos Pessoa de Queiróz, ligados por laços familiares ao ex-presidente Epitácio Pessoa. Para esse grupo,

A palavra de ordem era imitar São Paulo, especialmente naquele primeiro grito de urgência na destruição do passado. Insistia-se no privilégio do urbano sobre o rural, proclamava-se a necessidade de progresso, tudo vazado em metáforas oriundas de realidades marcadas pela pressa, pela rapidez, pela velocidade (AZEVEDO, 1984, p. 179).

Conquanto se deva matizar essas afirmações, pode-se dizer, de maneira geral, que esse grupo não pontuava declaradamente questões de cunho econômico ou cultural da região, o que se fazia era averiguar as condições de emergência das ideias Modernistas de São Paulo e divulga-las em um contexto para além de onde foram produzidas. Desta forma, percebe-se que as ideias estéticas de uma arte nova propagadas pelo grupo,

Compreendida como [atitude] futurista, não era acompanhada de sugestões concretas no que pudessem alimentar com um conteúdo novo a nova forma de arte preconizada. Essa ausência de propostas diretas deverá ter sido responsável, entre outras coisas, pela acolhida em geral polêmica, quando não zombeteira, que se deu aos primeiros anúncios do Modernismo em Pernambuco e, a partir daí no Nordeste em geral (AZEVEDO, 1984, p. 52).

O Modernismo teve como propagandista em Recife o estudante de direito e jornalista Joaquim Inojosa que, em viagem a São Paulo, conheceu os adeptos e as ideias do Modernismo. Em 1922, Joaquim Inojosa era redator-chefe do *Jornal do Comércio* e viajou juntamente com uma embaixada para o Rio de Janeiro, com vistas a participar do Primeiro Congresso Internacional dos Estudantes, atividade de comemoração do Centenário da Independência do Brasil. Por convite oficial do governador de São Paulo,

a embaixada também se dirigiu àquele estado. Na capital paulista, Inojosa conheceu redações de jornais locais, tentando conhecer mais acerca da Semana de Arte Moderna, sobre a qual teria ouvido alguns comentários em Pernambuco.

A respeito da visita ao escritório de Guilherme de Almeida¹⁶, em reunião na rua Lopes Chaves, na residência de Mário de Andrade, Inojosa teceu o seguinte comentário: “onde me sagrariam... porta-voz autorizado do movimento modernista lá pelo Nordeste [...] Recebo luvas para desafio: livros e exemplares de *Klaxon* – a senha da renovação. E parto para regresso a Pernambuco” (INOJOSA *apud* CHAGURI, 2007, p. 25). O jovem pernambucano estava entusiasmado com as propostas do Modernismo: “seu comportamento é o de um convertido, logo ungido, apóstolo predestinado a pregar entre os ‘gentios’ a mensagem do ‘credo novo’ (...) importava apenas difundir a nova mensagem (...) na tarefa de destruir o passadismo” (AZEVEDO, 1984, p. 36).

Para divulgar amplamente as ideias dessa arte nova, Inojosa contou com o apoio do poeta, jornalista, acadêmico e seu ex-professor de latim, Faria de Neves Sobrinho. Entretanto, ambos passaram a divergir quando o ex-professor criticou os “futuristas” em um artigo no *Diário de Pernambuco* e Joaquim Inojosa saiu em defesa. Foi, então, que deixou a marca de sua ação proselitista registrada pelo artigo intitulado *Que é futurismo?* no qual tornou visível a sua não concordância com a ideia de Faria Neves Sobrinho. Para Joaquim Inojosa, as críticas eram fruto da falta de informação do seu ex-professor e, de uma compreensão errônea do que seria o futurismo. Ao final do artigo, deixou claro: todos aqueles que estudam sabem que no Brasil, com exceção de São Paulo, “vivemos atrasados em cultura artística”. Acerca disso vejamos:

“Que é futurismo?”, título do artigo publicado a 30 de outubro de 1922, no jornal *A Tarde*, de Recife, assinala, pois o início da divulgação do modernismo em Pernambuco, entendido, óbvio, neste momento, como futurismo. Logo fica consignada a oposição entre “passadistas” e “futuristas”, termos que se tornam moda na imprensa, tal a frequência com que serão empregados ao menos até 1924 (AZEVEDO, 1984, p. 38).

¹⁶ Guilherme de Almeida (1890-1969) foi poeta brasileiro. O primeiro modernista a entrar para a Academia Brasileira de Letras, ocupou a cadeira nº 15. Era membro da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto de Coimbra e do Seminário de Estudos Galegos de Santiago de Compostela. Foi também advogado, jornalista e tradutor. Para maiores informações ver: <http://www.e-biografias.net/guilherme_de_almeida/>. Acesso em: 20 out. 2014.

Em 1923, Joaquim Inojosa funda a *Revista Mauriceia*, em lembrança ao título da poesia de Mário de Andrade. Nela começaram a ser publicados textos dos adeptos do movimento Modernista, como os poetas Austro-Costa¹⁷ e Joaquim Cardoso¹⁸.

E como articulista do *Jornal do Comércio*, Inojosa era um daqueles que criticavam o Movimento Republicano ou Movimento Autonomista, que reagia à tentativa de intervenção do governo Epitácio Pessoa no Estado, por ter sido derrotado pela oligarquia chefiada por Manuel Borba. Em contrapartida, José Lins do Rego se apresentava, em seu jornal *Dom Casmurro*, criticando o posicionamento de Inojosa e também a oligarquia Pessoa.

Os anos de 1920 são caracterizados pela propagação do Regionalismo em vários estados do Brasil. Em Pernambuco, por meio de artigos em jornais e contato com pessoas ligadas ao meio intelectual, Gilberto Freyre desenvolveu uma campanha de valorização dos valores regionais que, para o sociólogo, estavam sofrendo ameaças.

Na época, tivemos o movimento Regionalista Tradicionalista, tendo suas bases ancoradas em Recife, e como organizador Gilberto Freyre e seu grupo. O ideal proposto era “a defesa das tradições e dos valores locais, contra o furor imitativo” (AZEVEDO, 1984, p. 135) que, segundo o próprio Freyre, seria característica do modernismo. Sendo assim,

Freyre chama de modernistas todos os intelectuais e as práticas culturais que tendem a transformar o Brasil numa área subeuropeia de cultura e ocidentalizar seus costumes. Fazendo uma distinção entre os termos moderno e modernista, Freyre considera o seu regionalismo moderno, mas não modernista, no sentido de uma reificação de um instante da modernidade. Para ele, o moderno era apenas mudança de

¹⁷ Austriclínio Ferreira Quirino (1899-1953), o poeta e jornalista conhecido como Austro-Costa. Em 1915, adotou definitivamente o pseudônimo de Austro-Costa. Atuou na imprensa recifense como revisor, repórter, cronista, tendo trabalhado nos jornais A Luta, Jornal do Recife, Jornal do Comercio, A Notícia, Diário da Tarde e no Diário de Pernambuco, onde escreveu regularmente de 1922 a 1929. No Diário da Tarde, manteve a seção De Monóculo, de 1933 a 1935. Maiores informações ver. Disponível em: <<http://marcoscordeiro-poeta.blogspot.com.br/2009/03/antologia-de-poetas-pernambucanos-2.html#>> Acesso em: 05 mar. 2015.

¹⁸ Joaquim Cardoso (1897-1978) foi engenheiro e poeta brasileiro. Trabalhou com o arquiteto Oscar Niemeyer, realizando cálculos estruturais em diversas obras de Brasília. Poeta ligado ao Pós-Modernismo, teve forte ligação com Manuel Bandeira e João Cabral de Melo Neto. Mais detalhes conferir. Disponível em < http://www.e-biografias.net/joaquim_cardoso/> Acesso em: 20 out. 2014.

forma, embora defendesse a manutenção dos mesmos conteúdos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 104).

A atuação do Movimento Regionalista, na década de 1920, foi fundamentada pela criação, em 1924, do Centro Regionalista do Nordeste, reunindo um considerável número de intelectuais. Há uma discussão em torno de quem teria sido o fundador do referido Centro, mas ele está envolto nas pessoas de Odilon Nestor, Moraes Coutinho e Gilberto Freyre. A principal proposta era a valorização do Nordeste enquanto região. Entretanto, a iniciativa de reunir os intelectuais para tal empreitada foi de Odilon Nestor, sendo a sua casa o local das primeiras reuniões, o mesmo foi aclamado como presidente do Centro Regionalista do Nordeste. Ao que tudo indica, o Centro passou por momentos de desânimo por parte de seus participantes, que exerciam poucas atividades:

Não eram apenas uns gentis homens mais ou menos aliterados, os que formavam o Centro Regionalista presidido por Odilon Nestor: tiveram sua influência na vida da cidade e da região. Contribuíram para restaurar no recifense o gosto pela árvore: principalmente pela árvore regional. O gosto, também, pela cozinha tradicional, pelo móvel antigo, pelo estilo luso-brasileiro de casa e de igreja, pela arte popular, pela etnografia sertaneja. Sob o estímulo do Centro, o Recife viveu por algum tempo uma vida de curiosidade e interesse, não apenas intelectual, como cívico, pelas coisas de seu passado social, pelos valores de sua arquitetura doméstica e de igreja, pelos problemas de sua urbanização e de sua arborização. Alguns dos problemas de urbanização e de planificação regional do maior interesse para o Brasil aí é que foram discutidos pela primeira vez (FREIRE *apud* AZEVEDO, 1984, p. 148).

A grande atribuição do Centro é a organização do Congresso Regionalista do Nordeste, realizado em 1926, no Recife, no qual as discussões foram pautadas pelos temas regionais, seus valores e tradições recifenses.

Pensamos a ideia de tradição na perspectiva de Hobsbawm (1997), quando estuda o modo como as tradições surgiram e se estabeleceram na Inglaterra. Nas suas discussões acerca do termo “tradição inventada”, esse autor afirma que:

Entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Nessa ótica, as tradições estabelecem uma relação com o passado, mesmo que de maneira artificial, ou seja, levando à repetição de elementos. Para os intelectuais nordestinos, a tradição tinha que ser constantemente propagada e repetida para não ser esquecida. O passado não podia perder seu espaço e suas características e tradições. Era algo que devia ser trazido constantemente à cena. Para manter as tradições vivas ou, em conformidade com nossa perspectiva teórica, para inventá-las pelo processo da repetição e reificação, foram organizados eventos em que se discutia a importância de manter os valores caracterizadores da região.

Foi com esse fim que se deu a realização do Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste. De acordo com Azevedo (1984), algumas questões interessantes foram propostas e debatidas. A principal questão que surge é a da leitura do Manifesto lido por Gilberto Freyre no evento, o famoso Manifesto Regionalista:

Os jornais da época não fazem referência ao fato. Nem se encontra qualquer alusão ao Manifesto durante os vinte e cinco anos que se seguiram ao Congresso. Mas, exatamente a 20 de março de 1951, ao comemorar, no então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Recife, os 25 anos do Congresso, Gilberto Freyre faz a leitura do texto que, segundo ele, teria lido em 1926, no Congresso. Em 1952, o texto é publicado pela editora Região, de Recife, com o título de Manifesto regionalista de 1926 (AZEVEDO, 1984, p. 151).

O texto do Manifesto foi publicado em 1952, com o título de *Manifesto Regionalista*, e provocou discussões na imprensa da época, pois Wilson Martins disseminou várias dúvidas quanto à data de elaboração do Manifesto.

Os pressupostos do *Manifesto Regionalista* consistiam em valorizar características e valores do Nordeste, que estariam sendo desprezadas, como a cozinhas,

os doces, o mocambo, as árvores, as plantas, os brinquedos regionais das crianças, a arquitetura, as tradições, dentre outros, no sentido de promover uma articulação regional. Fato perceptível para aquele que produziu o Manifesto: “a verdade é que não há região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter” (FREYRE, 1952, p. 19). Notemos nas palavras de um recifense que:

Nenhum de nós jamais tomou conhecimento do movimento modernista de São Paulo, que Mário de Andrade incumbiu Joaquim Inojosa de difundir ou implantar em Pernambuco. Apreciávamos o grande Mário, mas movimento por correspondência, ler o jornal ou revista (uma Verde, suponho) que se dizia modernista-nunca. O nosso impulso era outro, o passado para nós contava. O velho barroco do Recife fazia parte das nossas preocupações, assim como as coisas típicas, a comida, os folguedos populares, o carnaval. Queríamos, e ainda queremos o velho Recife com a sua expressão própria, o seu caráter (JARDIM *apud* SOUZA BARROS, 1972, p. 161).

Podemos ver nas palavras de Luís Jardim que ele se afasta das propostas do movimento Modernista, chegando mesmo a afirmar que suas manifestações vinham a público por meio de jornal ou revista, ou seja, sem um mínimo de contato; e de maneira outra glorifica o Movimento Regionalista, que após as discussões acerca da revalorização das tradições regionais, passou a ter o acréscimo do termo tradicionalista, ficando conhecido por Movimento Regionalista e Tradicionalista, e enfatizando a cidade do Recife como centro de cultura. Ao tratar do tema, José Lins do Rego reflete da seguinte maneira:

O Congresso Regionalista de Recife foi um movimento que [Gilberto Freyre] organizou com suas ideias, mas para ele convergiam moços e velhos, gente de tendências mais opostas. Chamou padres, juízes, senhores de engenhos, advogados, médicos, presidentes de clube de carnaval, velhas cozinheiras, doceiras, o governador do estado, o arcebispo, o juiz federal, e como uma grande democracia realizou o primeiro Congresso Regionalista no Brasil e talvez das Américas [...] o Congresso do Recife merecia que propagasse para todo o Brasil [...] com um regionalismo desses é que podemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira. Porque cultivando o que cada um tem de mais pessoal, de mais próprio, vamos dando mais vida ao grupo político, formando um povo que não será uma massa uniforme sem cor (REGO *apud* CORDEIRO, 2011, p. 23).

Sendo assim, o que aproxima o Movimento Modernista e o Movimento Regionalista e Tradicionalista é a inovação nos aspectos estéticos, apresentando uma produção literária voltada para elementos característicos do Brasil e desta maneira,

Em princípio, divididos pelos sinais opostos que separavam a metrópole e a província, a realidade brasileira e a realidade europeia, ambos os grupos integravam uma mesma geração intelectual que combatia, no seu tempo, toda a tradição literária oficial em voga entre as décadas de 1890 e 1920, e que se cristalizara em torno da forma da escrita e do “bem escrever” (HOLLANDA, 2003, p. 77).

Com José Lins do Rego não foi diferente, ele não ficou alheio às particularidades do Movimento Regionalista, a ponto de recusar a credibilidade da Semana de Arte Moderna de 1922. Mas, conforme nos adianta Chagury (2007),

Precisamos considerar José Lins um informante bastante parcial quando comenta sobre o impacto das ideias e das sugestões de Gilberto Freyre não apenas sobre ele, mas especialmente, sobre os círculos intelectuais do Recife. Mesmo como fonte quase viciada, não podemos esquecer, contudo, que as crônicas e artigos de José Lins contribuirão, e muito, para a legitimação de Freyre como o sistematizador e polo aglutinador das ideias regionalistas já em voga no Recife (CHAGURI, 2007, p. 35).

José Lins desempenhou na literatura papel semelhante ao de Freyre na sociologia, que era o de afirmar a originalidade do movimento Regionalista Tradicionalista em relação ao movimento Modernista. Tendo em vista que, para José Lins, o Nordeste tradicional seria o da cana-de-açúcar, da sociedade patriarcal e escravista que se desenvolveu na Zona da Mata, seja no campo, seja nas cidades do litoral, e o que mais lhe causa medo na modernidade é o dilaceramento e o conflito em torno do próprio espaço tido, até então, como referente natural e eterno.

As manifestações literárias, culturais, sociais e políticas dos anos 1920 ocasionaram a revalorização dos elementos regionais, das tradições, daquilo que caracterizava cada região. No Nordeste, a presença de vários intelectuais provocou uma escrita cheia de sentimentos regionais e em José Lins do Rego, foi o medo da perda do

seu espaço, que contribuiu para a que seus romances fossem marcados pela saudade e pelas memórias.

1.3 Maceió e o romance de 1930

O convívio amigável entre José Lins do Rego e Gilberto Freyre, juntamente com o grupo do Recife, foi minimizado a partir do momento em que José Lins casou-se com Naná Massa, a filha de um senador da Paraíba. Como o sogro tinha um considerável prestígio político, José Lins foi levado a ocupar durante um ano o cargo de promotor público em Minas Gerais:

Em uma carta de 1927, endereçada ao seu grande amigo Gilberto Freyre, José Lins assim se lembrava desse trabalho: “felizmente o meu cargo não exigia que eu estivesse a aparecer. Se não seria uma vergonha” (carta de JRL a GF, 04/08/1927). O desprezo pelo ofício jurídico é confessado novamente em um depoimento concedido a Francisco de Assis Barbosa, em 18 de Dezembro de 1941: “em 1925 fui nomeado promotor público em Manhauçu, no interior de Minas. Passei o ano lendo e conversando com José de Queiroz Lima”. José Lins do Rego foi mais um indivíduo que desfrutou das benesses e comodidades do funcionalismo público brasileiro (FREIRE, 2014, p. 2).

Em 1932, José Lins se mudou para Maceió, passando a exercer a função de fiscal de banco. Viveu em terras alagoanas durante nove anos, mas sempre manteve comunicação com Gilberto Freyre, Olívio Montenegro e José Américo de Almeida; enquanto, na capital alagoana, conviveu diretamente com Graciliano Ramos, Jorge de Lima e Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, que então residiam naquela cidade. Continuou no mundo jornalístico, escreveu crônicas e continuou na crítica literária. A partir daquele momento se entrelaçaram as inspirações para sua formação enquanto futuro romancista. Acerca disso, vejamos:

(...) Surgiu a mais importante sucursal do Regionalismo Tradicionalista (...). O movimento só foi acolhido em começos de 1927 – um ano após o lançamento do Manifesto Regionalista e alguns

meses depois com a chegada do escritor José Lins do Rego à capital de Alagoas (ROCHA *apud* CHAGURI, 2007, p. 41).

No entender de Rocha, portanto, a cidade de Maceió só teria passado a viver a efervescência dos anos 1930, em decorrência do encontro dos intelectuais acima citados, quando travaram discussões sobre o Regionalismo e deram novos rumos e contornos estéticos ao movimento.

No tempo em que estava começando a se envolver mais diretamente no mundo dos livros, José Lins compôs a chamada “roda de Maceió”, formada pelos membros acima destacados. Aos poucos, essa “roda” foi se constituindo em um grupo de amigos que se interessavam pelo mundo dos livros. Como nem todos tinham as mesmas condições, refiro-me aos contatos editoriais, uniram-se na intenção de trocar experiências e contatos para poder publicar seus livros.¹⁹

José Lins não abandonou o bel-prazer de escrever pequenos ensaios críticos e as crônicas, fato que é intensamente cultivado por ele, continuando a colaborar para a imprensa do Brasil. Este é um aspecto importante e que vai aos poucos desenhando o perfil fecundo do escritor.

Durante a sua permanência em Maceió, José Lins retornou para a fase da escrita das crônicas e dos pequenos ensaios críticos, proeminentes na sua carreira²⁰, contemplando durante esses anos as suas definições literárias em prol do movimento regionalista do Recife e em crítica para o movimento modernista de São Paulo.

Foi na fase de Maceió que ele se dedicou a escrever um estudo biográfico e crítico sobre Gilberto Freyre, mas o sociólogo pernambucano teria intervido para que não fosse publicado. Ao mesmo tempo, foi em Maceió que se deu a elaboração de seus primeiros romances, como nos aponta Castello: “sua atividade de romancista começou em 1932, com o plano de uma novela em que, no primeiro capítulo, ele se voltaria para a infância, no ambiente dos canaviais” (1961, p. 91). Pela cronologia das obras, fica nítido que estaria se referindo a *Menino de Engenho*, pois menciona o desejo de enaltecer a figura de seu avô,

¹⁹ Para melhor compreensão ver o texto “As ‘rodas’ literárias no Brasil nas décadas de 1920-30: trocas e obrigações no mundo do livro”, de autoria Simone Silva (2008), quando ela vai analisar como foram se construindo, nas décadas de 1920-30, as condições que possibilitaram as publicações de Paulicéia Desvairada de Mário de Andrade e Menino de Engenho de José Lins do Rego.

²⁰ As crônicas escritas neste momento de sua vida são os volumes de Gordos e Magros (1942) e Poesia e Vida (1945), quando José Lins residia no Rio de Janeiro.

Em 1929, li as memórias de Mistral e me impressionou o episódio em que o poeta francês evoca o moinho dos seus pais, onde, diante da figura paterna, era descarregado o trigo trazido pelos cavalos. Desse pequeno episódio, nasceu em mim o desejo de evocar meu avô. Primeiramente, pensei em memórias. Depois, resolvi fazer um romance, e aí nasceu *Menino de engenho*, escrito em dois meses. Eu tinha, então, trinta e um anos – livro foi escrito em 1930 (REGO *apud* MARTINS, 2010, p. 12).

A obra em questão é tida pela crítica literária e pelo próprio José Lins como a primeira obra do conhecido “Ciclo da cana-de-açúcar²¹”. Porém, Bueno (2006) adianta que são muitos os romances que se apresentam na década de 1930. As primeiras edições de *Menino de engenho* e *Doidinho* não fazem qualquer referência a pertencerem a um ciclo literário em andamento. Foi preciso que a crítica identificasse uma continuidade entre os dois livros para assim os definir.

Bueno (2006) nos adianta a impressão de que, neste momento, era costume da Editora José Olympio publicar as obras na forma de ciclos. E isso não era partilhado por todo o romance brasileiro de 1930, tendo em vista que grande parte dos casos tem relação com a denominação e publicação comum pela José Olympio Editora. O autor de “Uma história do romance de 30” nos deixa sob alerta para pensarmos se realmente estamos diante de romances cíclicos, e o quanto este tipo de projeto literário é determinado por um realce na literatura social. Vejamos o que nos adianta acerca de José Lins do Rego,

Autor importantíssimo foi também José Lins do Rego, cujo romance cíclico ficou marcado como um dos mais característicos da década. A importância que esses romances conquistaram em nossa tradição literária deve-se a vários fatores que José Lins conseguiu coordenar em seus escritos. Em primeiro lugar, suas obras mostram metucioso trabalho de observação aliado à experiência pessoal do autor, o que constituiu o registro mais expressivo da região açucareira. Entrelaçado a esse registro primoroso, há a estética com a qual ele foi realizado: uma expressão que destrói muitas barreiras entre o coloquial e o literário, trazendo à linguagem dos personagens a oralidade que lhes é própria (COELHO, 2010, p. 21).

²¹ As produções de José Lins do Rego foram divididas pela crítica literária e por ele mesmo em ciclos, sendo eles: O “Ciclo da cana-de-açúcar”, O “Ciclo do cangaço, misticismo e seca” e as “Obras independentes”.

Assim, nos escritos de José Lins do Rego, temos vários pontos a serem trabalhados, desde pensarmos seu viés enquanto cronista, até seus romances cíclicos. A relevância de José Lins para a tradição literária verifica-se na maneira como ele conseguiu articular sua produção. Inicialmente ligada à sua experiência pessoal, depois balanceando o estilo coloquial e o literário, acrescentando aspectos referentes à linguagem dos personagens um tom de oralidade.

É interessante refletir que a formação e as redes de amizade de José Lins do Rego marcaram de maneira profunda a sua forma de escrever sobre o seu Nordeste, aquele que se envolveu cedo no mundo da imprensa e deixou de lado a musa das letras jurídicas. Fatos que por si não dizem muito se forem analisados em separado, ou fora do contexto das primeiras décadas do século XX, uma vez que o autor bebeu nas fontes dos escritores regionalistas do Recife. Vivendo no Recife, onde o passado, o presente e o futuro não pareciam em harmonia, a produção de José Lins do Rego foi marcada pelo caráter peculiar de narrar um passado que se perdia, era uma personagem quase sem voz que ele queria trazer para a cena.

Maceió foi o local onde José Lins do Rego teve contato com as rodas literárias e, também, o momento em que vemos efetivamente sua atuação enquanto romancista. Na contramão dessa leitura, alguns estudiosos do tema não valorizam a importância de Maceió na formação do nosso romancista. Verifica-se na bibliografia do tema a centralidade atribuída à cidade do Recife como a grande metrópole regional onde teriam ocorrido as principais vivências e experiências formadoras do pensamento e, conseqüentemente, da obra literária de José Lins do Rego. Apesar dessa interpretação, é necessário destacar também as vivências e diálogos ocorridos na cidade de Maceió como influenciadoras para a produção dos romances, pelo convívio e pela oportunidade que teve de interagir com uma gama de literatos, um mundo que propiciava à literatura.

Um cenário marcou as produções de José Lins do Rego, um espaço em decadência, um ambiente em ruínas, tendo como elementos constitutivos o período que antecedeu a década de 1930. É por este caminho que iremos, no próximo capítulo, refletir sobre os principais acontecimentos que marcaram este período.

Capítulo II

Os anos de 1920- 1930:

Manifestações políticas, decadência social e Romance de 1930

O objetivo deste capítulo é refletir sobre as condições de possibilidade que permitiram o romance regionalista ganhar a conotação de denúncia social. Assim sendo, apresentaremos os principais acontecimentos que marcaram os anos de 1920 e o início dos anos de 1930, que contribuíram para as manifestações artísticas e para a tomada de consciência por parte dos intelectuais em relação à necessidade de apresentarem em seus escritos as condições sociais, políticas, econômicas e culturais de suas regiões. Naqueles anos, o cenário nacional vivenciava ainda uma reordenação dos muitos aspectos da vida política e econômica do Brasil, ocasionado pela crise do poder oligárquico na década de 1920, pela crise da produção cafeeira em 1929 e pela chamada “revolução de 1930”.

O ano de 1922, aglutinou uma sucessão de eventos que alteraram de maneira significativa o cenário político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista Brasileiro, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram elementos importantes dos novos rumos que estavam se aproximando, apontando para as questões culturais e políticas da Primeira República²². Neste momento,

Modifica-se a maneira radical de se pensar o Brasil. A visão da nacionalidade e da arte como força primitiva, espontânea, indomável e marcada, particularmente, pela ideia de inferioridade étnica não se sustentava mais. É clara a tentativa de buscar organizar a nacionalidade a partir do Estado (VELLOSO, 2011, p. 371).

Nesse sentido, um grupo de intelectuais também se articularam para tentar definir a identidade brasileira. Com este intuito, foi realizada a Semana de Arte

²² A Primeira República, também conhecida como República Velha, constitui a primeira fase da organização republicana nacional e vai desde a República em 1889 até a chamada Revolução de 1930. Pela liderança do poder de Estado, alteraram-se confrontos e alianças entre a oligarquia rural e os militares das Forças Armadas. Maiores detalhes conferir. ARIAS NETO (2011).

Moderna em 1922 especificamente no Teatro Municipal de São Paulo, entre os dias 11 e 17 de fevereiro. A Semana contou com uma programação de conferências, recitais poéticos, concertos e exposições de artes plásticas. O grupo lutava por uma arte brasileira em conformidade com os padrões das vanguardas europeias. Os anos 1920, pois, foram marcados por movimentos que,

Favoreceram o surgimento de uma geração heterodoxa pautada pela consciência crítica e a insatisfação contra a tradição aristocrata. Embora tivessem objetivos específicos, tanto o movimento artístico quanto o político lutavam em prol de uma mudança direcionada para os ideais nacionalistas: os artistas propunham a construção de uma arte brasileira e os tenentes defendiam um governo centralizado e nacionalista (IGLÉSIAS *apud* RIBEIRO, 2007, p. 119).

Cansados das tradicionais oligarquias, os movimentos artísticos e políticos caminharam em direção a alterações no governo e saíram em defesa do nacionalismo. Arte e política marcaram a conjuntura dos anos 1920. Só nesse cruzamento dos movimentos culturais com as conjunturas políticas nacionais é que poderemos entender a emergência de um romance com conteúdo de denúncia social e, portanto, o lugar de José Lins do Rego no Romance de 1930.

2.1 O cenário brasileiro: manifestações políticas

O sistema de oligarquias dominava o cenário político do Brasil republicano. No início dos anos de 1920, havia um revezamento na cadeira da presidência da República, controlado pelas oligarquias dos estados de Minas Gerais e São Paulo. As articulações em torno da sucessão presidencial de Epitácio Pessoa acabaram por lançar o nome de

Artur Bernardes²³ e Urbano Santos²⁴, sujeitos que contavam com o apoio de grupos importantes dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

O lançamento oficial dessa chapa gerou, no entanto, divergências importantes no interior das oligarquias regionais. Seguindo via contrária das antigas disputas eleitorais, na qual o consenso dos nomes se fazia de maneira amena, vozes discordantes emergiram para contrapor a candidatura oficial. Não contentes com a imposição do candidato da situação, as oligarquias dos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul articularam um movimento que ficou conhecido por Reação Republicana, lançando as candidaturas de Nilo Peçanha²⁵ e José Joaquim Seabra²⁶, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República, em convenção realizada no dia 24 de junho de 1921.

Ferreira e Pinto (2011, p. 394) atentam que, na historiografia, o movimento de Reação Republicana tem sido objeto de diferentes interpretações. Em uma dessas versões, apoiada nos cronistas da época, atribuíam-se tal divergência à disputa pela indicação do candidato à vice-presidência da República. Segundo eles,

O motor da crise, teria sido a impossibilidade de acordo entre Bahia, Pernambuco e secundariamente Rio de Janeiro, que pleiteavam a indicação do vice-presidente e se viram frustrados diante da escolha de um representante do Maranhão. Dessa perspectiva, o conflito não espelharia contradições mais profundas, seria antes o resultado de uma disputa eleitoral mais localizada (FERREIRA; PINTO, 2011, p. 394).

²³ Artur Bernardes (1875-1955) foi presidente do Brasil. Exerceu a presidência entre os anos de 1922 e 1926. Sucedeu Epiácio Pessoa e antecedeu Washington Luís. Maiores detalhes conferir. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/artur_bernardes/> Acesso em: 08 mar. 2015.

²⁴ Urbano Santos da Costa Araújo (1859-1922) foi advogado, escritor e político de prestígio brasileiro nascido na Comarca dos Guimarães, no Estado do Maranhão, vice-presidente da República (15/11/1914-15/11/1918) no governo de Wenceslau Brás Pereira Gomes. Maiores detalhes conferir. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/UrbanSCA.html>> Acesso em: 08 mar. 2015.

²⁵ Nilo Procópio Peçanha (1867-1924) foi um presidente fluminense entre a política do café com leite. Por ocasião da morte do presidente Afonso Pena, em 1909, o cargo foi transferido então ao seu vice, Nilo Peçanha, que completou o mandato presidencial entre 1909 e 1910. Maiores detalhes conferir. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/biografias/nilo-pecanha/>> Acesso em: 08 mar. 2015.

²⁶ José Joaquim Seabra (1855-1942) Político e jurista brasileiro nascido em Salvador, capital do Estado da Bahia, ministro de estado e governador de seu estado em duas ocasiões (1912-1916 / 1920-1924). Maiores detalhes conferir. Disponível em: <<http://ilustresdabahia.blogspot.com.br/2012/09/jose-joaquim-seabra.html>> Acesso em: 08 mar. 2015.

As interpretações apontam que, apesar dos interesses dos grupos oligárquicos dissidentes, a Reação Republicana também estava interessada em mobilizar as massas urbanas. Para atender a esta finalidade, a campanha se revestiu de forte apelo popular, com o lema “de arrancar a República das mãos de alguns para as mãos de todos” (*Idem, Ibidem*, p. 395). Nesse sentido, Nilo Peçanha afirmava:

O mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e [...] só teremos paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nossas propriedades [...] e nas nossas consciências, sobretudo forem tão legítimos os direitos do trabalho com os do capital. Não é mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária, o pensamento operário (PEÇANHA *apud* FERREIRA; PINTO, 2011, p. 395).

A ênfase dada a questão da relação capital-trabalho estava ligada à intensa agitação operária que marcou os últimos anos da década de 1910 e colocou em destaque o debate acerca da questão social. Nilo Peçanha pregava a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo e como via para aumentar a participação política dos menos prestigiados politicamente. Apesar desse discurso, nenhuma proposta mais eficaz que permitisse maior democratização foi apresentada.

Mesmo com uma plataforma restrita, no que diz respeito às propostas específicas aos interesses das populações urbanas, Nilo Peçanha conseguiu obter uma parcela significativa desse contingente eleitoral, particularmente no Distrito Federal. Contudo, não sendo apoiado pelos grupos oligárquicos dominantes, o candidato encontrou resistências no interior fluminense – onde residiam grandes proprietários de terras.

O apoio a Nilo Peçanha por parte das camadas urbanas do Distrito Federal deve-se às necessidades e anseios dessa camada populacional, que enxergava no discurso niilista uma nova leitura política de cunho social. Em uma sociedade na qual esses segmentos populacionais se achavam marginalizados da participação política, o discurso niilista era bem recebido por considerá-los sujeitos dignos de atenção, tornando-os pertencentes a uma iniciativa de mobilização.

No entanto, enquanto Peçanha apresentava um discurso mais progressista no Distrito Federal e em outras capitais do país, no seu estado natal (Rio de Janeiro), onde habitavam suas bases mais importantes, “seu papel era o do oligarca típico, que

promovia perseguições políticas, fraudava eleições, enfim, lançava mão de todas as práticas características do coronelismo²⁷ (FERREIRA; PINTO, *idem*, p. 396). Percebemos divergências entre a figura de Nilo Peçanha e aquilo que pregava a Reação Republicana. Com o decorrer da campanha, visando ampliar as suas possibilidades de vitória e vendo a aproximação do pleito, evidenciavam-se os limites das estratégias e discursos dos reacionários.

As práticas políticas vigentes na Primeira República fundamentadas no coronelismo, aludiam para uma postura de reciprocidade em que cada parte tinha algo a oferecer. Neste sentido,

No caso da Reação Republicana, poucos eram os trunfos que podiam ser usados para obter apoio eleitoral dos oligarcas e coronéis do interior, já que a máquina federal não podia ser usada na distribuição de privilégios e favores. Por outro lado, a campanha eleitoral, por mais sucesso que obtivesse, não era capaz de definir o pleito. Ainda que sem abrir mãos dessas iniciativas, tornava-se fundamental contar com alternativas mais eficazes: era preciso encontrar um novo parceiro capaz de antepor-se às oligarquias dominantes. Os militares eram o segmento ideal (FERREIRA; PINTO, *idem*, p. 397).

A falta de entendimento entre os militares e o governo federal já havia assinalado vários momentos da política republicana. As divergências aumentaram quando Epiácio Pessoa tomou posse em 1919 e escolheu civis para ocupar as pastas militares durante seu governo. A volta de Hermes da Fonseca²⁸ da Europa, em 1920,

²⁷ Maria Lucinete Fortunato (2000) segue a trilha de Victor Nunes Leal e José Murilo de Carvalho para afirmar que o coronelismo é “um sistema datado historicamente na Primeira República, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos” (FORTUNATO, *idem*, p.4). A referida estudiosa aponta que o coronelismo para Victor Nunes Leal, seria o próprio sistema político da ‘Primeira República’, instituído segundo as normas do fato implícito entre o decadente poder privado dos coronéis e um poder público cada vez mais fortificado” (*Idem, ibidem*, p. 14).

Na perspectiva de José Murilo de Carvalho, o coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle de cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao Presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é a fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. Maiores detalhes conferir. Carvalho (1997).

²⁸ Hermes Rodrigues da Fonseca (1825-1923) foi um militar brasileiro (Marechal), político e presidente do Brasil entre os anos de 1910 e 1914. Foi o primeiro presidente do Brasil eleito de forma direta. Maiores detalhes ver. Disponível em <http://www.suapesquisa.com/biografias/hermes_fonseca.htm> Acesso em: 05 mar. 2015.

intensificou as incompatibilidades, uma vez que sua eleição para presidente do Clube Militar, em 1921, ascendeu a possibilidade do seu nome ser indicado para sucessão presidencial – o que não ocorreu. O fato da sua candidatura não ter se efetivado deixou os militares ainda mais insatisfeitos, tornando-os mais próximos das oligarquias dissidentes. A intenção da Reação Republicana era conseguir o apoio dos militares, haja vista a crítica constante que faziam a posição de menor prestígio conferida aos sujeitos que ocupavam os quartéis.

Apesar da efervescência invadir a disputa presidencial, o pleito foi realizado no período previsto: 1º de março de 1922. Dispondo do poder que as oligarquias regionais dominantes previam e controlando a máquina oficial, a vitória foi de Arthur Bernardes. Demonstrava-se mais uma vez a eficácia do esquema eleitoral vigente na Primeira República para garantir a posição do candidato oficial. Entretanto, a Reação Republicana não aceitou de bom grado o resultado eleitoral e reivindicou a criação de um Tribunal de Honra que dirigisse a campanha, ansiando manter a mobilização das camadas populares e também acirrar os ânimos dos militares.

No decorrer do primeiro semestre de 1922, particularmente após as eleições, a imprensa que apoiava Nilo Peçanha denunciou constantemente as perseguições aos tenentes antibernadistas. E, além disso, as lideranças da Reação Republicana adotaram posturas radicais, dando margem para a intervenção armada no conflito político.

Foi então que, num clima de euforia política, os militares começaram a interferir em disputas políticas locais em detrimento de seus aliados civis, como foi o caso do estado do Maranhão. Paralelo a isso, começaram a surgir os primeiros sinais de tentativas de levantes no Distrito Federal. As lideranças dos estados de primeira grandeza,²⁹ Minas Gerais e São Paulo, não se deixaram intimidar pelas ameaças de revolta militar. Os componentes da Câmara Federal que eram dissidentes dos aliados de Arthur Bernardes foram postos para fora, ocasionando, assim, uma radicalização das correntes oposicionistas.

²⁹ Na Primeira República havia a classificação dos estados por ordem de importância, e neste sentido, os estados de primeira grandeza eram aqueles que detinham o domínio nas disputas eleitorais, no caso, Minas Gerais e São Paulo.

Com todos estes acontecimentos não tardou a eclodir a primeira revolta “tenentista³⁰”, em julho de 1922. De acordo com Ferreira e Sarmento (2002), o tenentismo foi um conjunto de movimentos organizados por jovens oficiais das forças armadas denominados de tenentes, que tinha por principais bandeiras o fortalecimento da instituição militar, a moralização das atitudes políticas e a construção de um Estado centralizado que pudesse tornar o país mais moderno.

Vários acontecimentos marcaram os anos 1920 porém, alguns deles tem sua base na década anterior. Como foi o caso da criação do Partido Comunista. Para entendê-la, é interessante voltarmos um pouco nos anos, especialmente ao período de 1917 e 1919, pois foi nesse momento que

O proletariado toma consciência que pode açambarcar o poder; o que lhe falta é a organização partidária (...) objetivamente, as demonstrações destes anos representam a falência das ideias anarquistas e o sinal da necessidade de uma nova teoria política organizatória (CARONE *apud* VIVIANE, 2009, p. 51).

Em 1919, um grupo autodenominado comunista, sob vertente anarquista, instituiu o Partido Comunista do Brasil. No entanto, sob inspiração russa, o Partido Comunista só foi fundado em 1922, pois os militares acreditavam que somente a unidade de todos os trabalhadores poderia dar um fim à pressão política e econômica do país. A criação do PCB, em 1922, significou um marco na rearticulação ideológica do movimento operário no Brasil, no qual houve a transição de alguns setores, capitaneados por Astrojildo Pereira³¹.

³⁰ Durante toda a década de 1920, o movimento não tinha essa designação, no qual os termos utilizados eram militares, revolucionários, revoltosos, rebeldes, militares da Coluna Prestes. As expressões tenentes e tenentismo surgiram somente em 1931 em contexto de acirrada disputa pelo poder com a oligarquia paulista. Maiores informações conferir em Viviane (2009).

³¹ Astrojildo Pereira (1890-1965) nasceu em Rio Bonito, Rio de Janeiro. Iniciou sua vida política na Campanha Civilista e com sua filiação ao Centro de Resistência Operária, em Niterói, ocasião em que aproximou-se dos anarquistas. Foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em março de 1922. Sua atividade sempre esteve ligada ao jornalismo político e literário. Maiores detalhes conferir. Disponível em: <http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=104&Itemid=90#>. Acesso em: 08 mar. 2015

Todavia, segundo Viviane (2009), o PCB seria muito mais um reflexo direto e decisivo da conjuntura internacional do que propriamente um amadurecimento ideológico e organizativo do movimento operário brasileiro. De qualquer forma, a criação do PCB representou uma situação de crise no cenário brasileiro na medida em que as classes populares se articularam politicamente e passaram a atuar com maior pressão diante das camadas elitistas, consequência do movimento internacional e das condições nacionais de precariedade que a dominação das oligarquias lhes havia negado.

Nessa conjuntura, em 1922, a leitura política do Brasil passava pelo olhar da instituição militar em relação à situação do regime oligárquico. Embora tenham saltado de uma conjuntura social perturbada, os militares que subverteram o Forte de Copacabana tinham como pretensão a defesa corporativa, em represália a Artur Bernardes, utilizando-se de um confronto direto com a oligarquia dominante.

Segundo Viviane (2009, p. 13), em 1924, os “tenentes” já buscavam uma relação com outras questões que mediavam, principalmente a estrutura projetada pela Primeira República. Segundo os “tenentes”, “a obra republicana de política de favores, restrita a alguns setores elitistas, conduziu o povo brasileiro a uma situação de inércia e ignorância”. Para os tenentes, era necessário romper com esta forma de dominação das oligarquias, alertar a população brasileira acerca do quanto camadas privilegiadas da sociedade continuavam com suas regalias políticas em detrimento de uma maioria populacional política, econômica e socialmente excluída.

De acordo com Mario Cleber Martins Lanna Júnior (2011), o tenentismo despontou para a história como marco relevante para explicar a crise da Primeira República, a Revolução de 30 e as Forças Armadas, em particular a participação do Exército na política. Sendo assim,

O significado do tenentismo foi forjado na proporção de suas ações, que ocorreram entre 1922 e 1934. Nesse período, existiu como movimento de conspiração contra o governo. De 1930 a 1934, período marcado pela participação no governo e pela formação do Clube 3 de Outubro, o tenentismo teria vivido a sua fase final e menos original (LANNA JÚNIOR, 2011, p. 315).

Uma das marcas do tenentismo foi a Marcha dos Dezoito do Forte, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1922. Ela fez parte dos primeiros movimentos tenentistas, teria sido a ação mais grandiosa dos seus momentos iniciais. Como nos adianta um estudioso do assunto,

Correspondeu ao desfecho do levante no Forte de Copacabana, o epicentro de uma série de outros movimentos ocorridos no Distrito Federal – na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo, no Forte Vigia e no 1º Batalhão de Engenharia – em Niterói e no Mato Grosso. Do Forte de Copacabana, os militares revoltosos deram início ao que chamaram de “revolução” e dispararam contra alvos estratégicos: a ilha de Cotunduba, o Forte do Vigia, o Quartel-general, a ilha das Cobras, o Depósito Naval e o Túnel Novo. Contra atacado, o grupo rebelde exigiu, como condição de rendição a suspensão das hostilidades, a fim de que pudesse receber ordens do marechal Hermes, único a quem obedecia. Essas exigências não foram aceitas pelo governo, que ordenou o pronto bombardeio do Forte de Copacabana pela Fortaleza de Santa Cruz (LANNA JÚNIOR, 2011, p. 317).

A Marcha dos Dezoito do Forte deu início a constantes choques entre revoltosos e o governo, que não acatou as exigências dos soldados e passou a atacar constantemente o Forte de Copacabana. Por não contar com o apoio das oligarquias dissidentes, que tanto haviam cooperado para o acirramento dos ânimos, a Marcha não obteve apoio de frações militares específicas. Epiácio Pessoa mandou decretar o estado de sítio no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, e boa parte dos deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votaram a favor da medida, dando margem para o recuo das oligarquias e a fragmentação completa da Reação Republicana. O que aconteceu nos meses seguintes foi o fortalecimento do governo de Epiácio Pessoa, que acabou por ordenar prisões e processos. Meses após a deflagração da Marcha, em novembro de 1922, Artur Bernardes tomou posse. Angariando conseguir a estabilidade de seu governo, o novo presidente decretou estado de sítio no Rio de Janeiro, aumentando o movimento de repressão.

Como uma forma de não esquecer o movimento de 1922, dois anos depois, especificamente em 5 de julho de 1924, aconteceu um movimento, desta vez mais

preparado, para derrubar o governo de Artur Bernardes, considerado pelos tenentes como o mártir das oligarquias dominantes.

A atuação do grupo teve início com a tomada de alguns quartéis. Embora os tenentes tenham conseguido se instalar na capital de São Paulo, as ações de repressão do governo os fizeram sair e ir em direção ao interior do estado, onde também surgiram revoltas. Estabelecendo-se no estado do Paraná, as tropas que vinham de São Paulo encararam os legalistas à espera dos tenentes que vinham do Rio Grande do Sul, onde as revoltas tiveram por lideranças João Alberto e Luís Carlos Prestes, mesmo contando com oposição gaúcha do Partido Republicano Rio-grandense PRR. Em abril de 1925 as duas forças se uniram, dando origem à Coluna Costa-Luís Carlos Prestes. Para Ferreira e Pinto (2011),

Momento culminante das revoltas tenentistas e episódio mais importante da saga dos tenentes, a coluna, organizada sem que um plano tivesse sido previamente traçado, com seus 1.500 homens, percorreu cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, propagando a revolução e o levante da população contra as oligarquias, até que seus remanescentes dirigiram-se para a Bolívia e para o Paraguai. Com o fim da Coluna Miguel Costa-Luís Prestes, estava eliminado o último foco de contestação ao regime (FERREIRA; PINTO, *idem*, p. 401).

Vimos que os focos de dissidência contra o governo iam aos poucos sendo desarticulados. Mas alterações políticas importantes estavam por vir. Como já dito anteriormente, os estados de São Paulo e Minas Gerais se revezavam na cadeira da presidência, e este momento ficou conhecido na historiografia por “Política do café com leite”.

Algo estava para mudar quando, em 1929, teve início um novo processo de sucessão presidencial. Tudo sugeria que as regras de organização da política até então existente seriam mais uma vez cumpridas: as forças da situação, na pessoa do presidente da República, indicariam um candidato oficial, que deveria ser apoiado por todos os grupos dominantes. Entretanto, o então presidente, o paulista Washington Luís, resolveu interromper com esta alternância e indicou para seu sucessor Júlio Prestes, começando

uma cisão dentro do próprio grupo dominante e rompendo o acordo com Minas Gerais que, pela lógica da alternância, seria o próximo estado a ter um representante na cadeira da presidência.

A discordância entre Minas Gerais e São Paulo acabou por gerar outros focos de divergências. Nessa conjuntura, tendo o apoio de Minas Gerais, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda de Washington Luís e atual governador do Rio Grande do Sul, tendo por vice de chapa o governador da Paraíba, João Pessoa. Estava formada a Aliança Nacional, uma coligação que reunia forças políticas e partidários a favor de Vargas. A sua base era o situacionismo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, juntamente com um grupo descontente com o governo federal.

Para agravar ainda mais a situação, ocorreu uma crise econômica mundial ocasionada pela quebra, em outubro de 1929, da bolsa de valores de Nova York. No final do ano já havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo e inúmeras pessoas sem emprego em todo o Brasil. A crise também chegou ao setor agrícola, particularmente a cafeicultura paulista, causando uma drástica redução dos preços do café e arrasando com as propostas de plano do governo que vinha sendo implementadas.

Mesmo assim, as eleições se realizaram em março de 1930, cabendo a Júlio Prestes cerca de um milhão de votos, contra 737 mil dados a Getúlio Vargas. Descontente com o resultado das eleições, a Aliança Liberal buscou aproximações com lideranças do movimento tenentista, que ainda continuava sendo uma força de prestígio e experiência militar.

Um fato acelerou a conspiração revolucionária, em 26 de julho de 1930: o candidato à vice da Aliança Liberal, João Pessoa, foi assassinado em Recife. Apesar de as razões do crime não terem sido políticas, ele foi transformado no estopim para o movimento revolucionário que culminou com Getúlio Vargas no comando da República. Este movimento ficou conhecido na historiografia por “Revolução de 30” e tem sido tratado por várias perspectivas. Dentre elas, a de que a revolução se:

Transforma numa espécie de evento matriz que serve de catalisador para se captar a cultura política, o comportamento, as aspirações e demandas dos diferentes segmentos integrantes do sistema político brasileiro (...). O resultado da Revolução de 30, mais do que as propostas do movimento em si, é que transformou 1930 em um marco histórico importante (FERREIRA; PINTO, 2011, p. 411).

Enquanto os estados do Sul ocupavam os lugares mais altos em questão de produção econômica no Brasil, vários discursos de decadência dos setores afligidos pelas mudanças na Primeira República começaram a ser elaborados, particularmente por parte dos sujeitos que viviam no Nordeste. Os indivíduos que participaram desta construção da ideia de decadência são aqueles que foram atingidos diretamente pelas alterações políticas, pelos arranjos que mudaram; são políticos e romancistas da decadência que encontraram espaços para fazer ouvir a sua voz.

2.2 Decadência Social

No final do século XIX, a economia nortista, conservadora e agro açucareira, passou por um abalo econômico provocado pela emergência de novas formas organizacionais das forças produtivas do país.

A transição em busca do capitalismo industrial provocou, nas esferas agrária e tradicional dessa sociedade, um ideal de valorização do campo e da vida rural, bem como de manifestações de repúdio à ordem urbano-industrial. Esta ordem foi responsável pelos deslocamentos que estavam ocorrendo na vida política e econômica do país. Estava se fortalecendo um discurso que se embasava na ideia de que o processo modernizador estava alterando a sociedade brasileira, já que incrementava de novos elementos a economia agrícola do país e, assim, ajudava a redefinir valores socioculturais para o Brasil.

Em um primeiro momento, ainda em meados do século XIX, a elite açucareira praticamente não comentava a respeito de uma possível decadência econômica, em termos substanciais; ou, sequer, no seu aparecimento dentro do cenário político e econômico nacional. Neste sentido, vejamos:

Não falavam porque não estavam ainda ameaçados por outras classes produtoras do país nem seus valores estavam sofrendo alterações; porque seu produto conseguia sempre uma boa colocação no quadro geral das exportações. Não falavam contra o poder público, contra os privilégios desta ou daquela classe, contra o protecionismo da agricultura porque eram eles mesmos que controlavam socialmente a vida do país e, sendo assim, constituíam o centro dos investimentos da União e os “pés e as mãos” da vida econômica do país (OLIVEIRA, 1997, p. 50).

É interessante notar que, até então, não era dada relevância às crises pelas quais a elite açucareira passava, pois elas não possuíam qualquer tom de ameaça, não se manifestavam porque os seus produtos permaneciam em um bom espaço de mercado. E como a situação foi alterada, com ela se mudou também, a dos grupos que até então controlavam político e economicamente o Brasil, mudaram os estilos de escrever, de literatura, surgindo um regionalismo tradicionalista.

As ideias do regionalismo tradicionalista mostravam que a industrialização, acompanhada dos processos de modernização e de urbanização, introduziu novas maneiras de comportamento, uma nova sociabilidade e que ela era ameaçadora. O espaço tradicional do Nordeste, de modo específico, o mundo rural visto como um ambiente puro, passou a ser ameaçado pelo capitalismo que se expandia cada vez mais e introduzia valores vistos como artificiais, valores que não faziam sentido para aqueles que viviam na casa-grande, no mundo do engenho.

Entretanto, no momento em que se viram perdendo seu poderio, essas elites começaram a aumentar o tom da sua voz, afinal eles permaneceram como a base da economia brasileira durante séculos.

Na Primeira República tivemos impasses econômicos, políticos e sociais, e conflitos inter-regionais que fizeram surgir uma escrita literária preocupada em refletir sobre o futuro, e muito mais do que isso, em repensar o passado regional, defender a região no momento em que a Primeira República ameaçava os poderes dos estados nordestinos e privilegiar os estados do centro-sul. Nesse sentido, surgiu o discurso da memória, em que os autores elaboraram um conjunto de lembranças sobre um espaço, o engenho, o sertão, o Nordeste. Como nos adianta Oliveira,

O culto à tradição, amor ao passado, desprezo ao presente e à história. Em cada autor regionalista-tradicionalista, é perceptível sua intenção em preservar um espaço tradicional, partido de lembranças, fatos e experiências da infância ou de traços característicos da região [...] A formação discursiva regionalista-tradicionalista faz uma leitura dos valores regionais tornando-os um bloco coeso, uno e sobretudo harmônico capaz de resistir à supremacia do centro-sul a às suas influências sobre os valores culturais do Nordeste (OLIVEIRA, 1997, p. 86).

As ideias do regionalismo-tradicionalista implicam na valorização e na releitura dos antigos valores do presente da sociedade patriarcal nordestina e na construção de uma região, de um Nordeste. Ao mesmo tempo, cada autor vai propor a sua visão de região e, nela, de tradição.

A produção discursiva no período da Primeira República estava ancorada em um pequeno grupo de oligarcas ou próxima a eles, consolidando uma definição para o momento nos termos de uma “decadência social”: a decadência do famoso e longo sistema patriarcal. Desta maneira,

A invenção, ou a revalorização das tradições, aparecem num momento onde os setores dominantes tradicionais, ligados à agricultura do açúcar, estão claramente em decadência. Momento em que seu poder político é questionado [...] Nunca antes da década de [19]30 os setores dominantes agrários tiveram tão grande ideólogo!” (BASTOS, *apud* CORDEIRO, 2010, p. 24).

Algo que merece ser refletido é o quanto a noção de “decadência” foi compreendida pelos diferentes agentes que emitiam os discursos. Em cada discurso, temos várias circunstâncias significadas como decadência. Em alguns, a “decadência” é considerada como uma queda de preços no mercado exportador; em outros como a falta de desenvolvimento econômico; ou ainda a ruptura com os costumes em vigor no espaço tradicional.

Portanto, a ideia de decadência está vinculada a um entrelaçamento de fios de diferentes interesses por parte de banqueiros e usineiros. A interrupção nos meios que movimentavam o engenho, seus costumes, as ações de seus senhores, a tudo isso era vinculado à noção de decadência regional, espacial ou familiar.

O medo ao “moderno” incentivou os industriais do açúcar a promoverem vários congressos e encontros regionais agrícolas com a finalidade de discutir o futuro do açúcar e das pessoas reunidas em torno a ele, visando se refortalecerem regionalmente.

É interessante refletirmos que a noção de decadência passou por uma institucionalização³² de vários sujeitos da sociedade. E que os discursos por eles lançados se fortalecia de tamanha maneira que não importava quantas crises e abalos passasse a sociedade, quanto mais se tornasse conhecida, mais recursos os proprietários agrícolas receberiam.

Entretanto, a decadência não se deu apenas na esfera econômica, mas passou pela política e pela cultura. No caos, perante os órgãos competentes, tratava-se de implorar maiores benesses para a “agricultura brasileira”, muito embora sabendo que as novas tecnologias e os projetos de modernização ocasionassem poucas alterações na estrutura industrial desse produto.

Até pelo menos a década de 1920, as representações da decadência estavam reservadas, além da própria elite, a jornalistas e poucos intelectuais e políticos da região. Não havia se destacado ainda nenhum romancista ou poeta que saísse em defesa da representação da decadência. Porém, pouco a pouco, entusiasmados com a temática do regionalismo, alguns autores descobriram a sociedade do engenho como matéria prima para suas obras de ficção. Tivemos os nomes de Mário Sette com o romance *Senhora de Engenho* (1921); seguido por outros romances com o mesmo teor social, como a *Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida; e as obras do romance do “Ciclo da cana-de-açúcar”, de José Lins do Rego.

Como era um momento em que a literatura ganhava cada vez mais espaço e gosto do público, as representações da decadência na escrita elaboraram, tanto no Nordeste quanto no Sul, um enunciado de imagens acerca da elite dos engenhos, imagens carregadas de intencionalidade. Os acontecimentos, portanto, foram dando margem para que aparecesse outra face da história econômica e político-social do Brasil, assim como também outra maneira de se fazer literatura, de se elaborar discursos literários. Como mudou a situação dos grupos que outrora estavam com as rédeas

³² A ideia de institucionalização foi pensada de acordo com Oliveira (1997) quando nos propõem refletir como se deu a construção da ideia de decadência como institucionalização na Primeira República a partir dos sujeitos políticos, documentos oficiais e da literatura regionalista, especificamente o Romance de 1930. Maiores detalhes conferir (OLIVEIRA, 1997).

política e econômica do país, alteraram-se os modelos literários e as formas de expressão da realidade, ascendendo o regionalismo tradicionalista. O que rodeia esta discussão pode ser compreendido no seguinte dizer de Oliveira,

Cabe verificar através de que práticas institucionais e aparelhos de conhecimento as crises econômicas e político-social dos senhores de engenho do Norte [Nordeste] foram objetivadas enquanto decadência dessa elite rural, passando a fixar-se como uma verdade e se constituindo como um objeto a ser trabalhado e manipulado pela literatura do período, a ponto de tornar-se evidente que essa situação era, absolutamente, o ‘fim’ de um ‘reinado’ secular (OLIVEIRA, 1997, p. 8).

Importante percebermos que a conjuntura política dos anos 1920 permitiu que os sujeitos da decadência anunciassem através da sua escrita literária as representações de um mundo que se fazia ver e ouvir como decadente. Era uma ideia que tornava interessante para os “autores da decadência”. E José Lins do Rego se insere nesta decadência com tom de saudade, ao mesmo tempo com um herdeiro que escreveu para elogiar o mundo ao qual pertencia, de enfatizar um mundo em ruínas de tal maneira que ficou conhecido como um romancista da decadência.

É interessante frisar que o discurso da decadência surgiu justamente num período de instabilidade econômica para o açúcar, cujas perspectivas eram pouco promissoras no mercado internacional. Além disso, por causa da instabilidade política da fase republicana que ora se iniciava e das constantes alterações de presidente e de reformulações no poder central. E, sobretudo, essa construção da decadência surgiu em uma conjuntura de instabilidade social, como consequência da introdução de novos modos de comportamento vindos de fora e não vistos com bons olhos pela sociedade tradicional.

2.3 Romance de 1930

As agitações na política brasileira possibilitaram outras formas de “ver e dizer” o Brasil. Os intelectuais marcaram presença no cenário político, postulando o direito de interferirem no processo de organização e a capacidade de falarem por aqueles que não

teriam a consciência e o discernimento para se manifestarem: “sentindo-se consciência privilegiada do “nacional”, ele [o intelectual] constantemente reivindicou para si o papel de guia, condutor e arauto” (VELLOSO, 2011b, p. 147).

Na década de 1920, quando se fazem sentir as consequências do pós-guerra, com a queda do mito cientificista, o ideário cosmopolita de desenvolvimento deu lugar para o credo nacionalista. E foi com a busca de nossas raízes que a proposta da brasilidade passou a se constituir como o alvo das inquietações intelectuais. E, assim,

Agrupados no movimento modernista, os intelectuais se julgam indivíduos mais capacitados para conhecer o Brasil. E é através da arte que eles pretendem atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas para o desenvolvimento da nação [...] imbuídos de vocação messiânica, senso de missão ou de dever social, os intelectuais se autoelegeram sucessivamente consciência iluminada do nacional (VELOSO, 2011b, p. 148).

Nesta conjuntura se deu o Romance de 1930. Como forma de expressão e de denúncia, os intelectuais desse período narraram os acontecimentos da sua região de maneira a enfatizar os seus aspectos característicos, o que deu notoriedade ao Romance de 1930.

Segundo Bueno (2006), não se pode esquecer a influência que o Movimento Modernista desempenhou na década de 1930, apesar de termos um afastamento ideológico considerável entre a geração que fez a Semana de Arte Moderna e a que escreveu o Romance de 30. É neste sentido que uma estudiosa do assunto afirma:

Não, sem a revolução paulista, esse grupo, composto em boa parte de nortistas, não teria encontrado tão franca e fácil acolhida; ao contrário, provocaria escândalo, precisaria lutar para ser aceito. Isso no caso de se ter no mesmo sentido encaminhado. Sem entrar no mistério da criação, das relações íntimas entre o artista e a obra, é-nos lícito perguntar se, não fora o modernismo, teriam esses escritores abordado exatamente os mesmos temas, e da mesma maneira. Não nos esqueçamos de que o cunho experimental, de busca da realidade próxima, de valorização do homem comum, do negro, do caboclo, assim como o emprego da linguagem coloquial – tudo isso já estava traçado, indicado esquematicamente, à espera de que, sem o embaraço

causado nos promotores do movimento de 1922 pela atitude crítica, possuísse a disponibilidade indispensável para fundir todos esses elementos, para fazê-los passar do plano cerebral ao humanamente criador (PEREIRA *apud* BUENO, 2006, p. 64).

Vimos que, de acordo com a citação acima, os escritores da década de 1920 prepararam uma ambientação literária que permitiu o aparecimento do Romance de 30. Característico pelo tom de denúncia social, o Romance de 30 destacou as figuras marginais e, principalmente no Nordeste, os escritores:

Vão tentar construir o Nordeste pela rememoração de suas infâncias, em que predominavam formas de relações sociais agora ameaçadas. Eles resgatam a própria narrativa como manifestação cultural tradicional e popular, ameaçada pelo mundo moderno, e a tomam expressão regional. (...) como numa épica, estes romances querem garantir a continuidade do que foi narrado, querem garantir a reprodução, por meio de gerações deste mundo desentranhado e suspenso na memória: o mundo “regional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 95).

Assim sendo, um grupo de escritores nordestinos entraram em cena com os olhos voltados para abordar, em seus romances, a temática regional e, juntamente com ela, a problemática político-social de seus estados de origem. Agregado a esse conjunto de escritores, estão José Américo de Almeida³³ e José Lins do Rego (Paraíba); Jorge de Lima³⁴ e Graciliano Ramos³⁵ (Alagoas); Rachel de Queiroz³⁶ (Ceará); Jorge Amado³⁷ (Bahia) e Amando Fontes³⁸ (Sergipe).

³³ José Américo de Almeida (1887-1980) foi escritor e político brasileiro. Sua obra *A Bagaceira*, deu início à Geração Regionalista do Nordeste. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 27 de outubro de 1966, ocupando a cadeira nº 38. Foi também advogado, professor universitário, folclorista e sociólogo. Maiores detalhes conferir. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/jose_americo_de_almeida/#> Acesso em: 08 mar. 2015.

³⁴ Jorge de Lima (1895-1953) foi poeta brasileiro. Fez parte do Segundo Tempo Modernista. É autor de vasta obra poética, que oscila entre o formalismo, o misticismo e as recordações da infância e a figura do negro. Maiores detalhes conferir. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/jorge_de_lima/#> Acesso em: 08 mar. 2015.

³⁵ Graciliano Ramos (1892-1953) foi um escritor brasileiro. O romance *Vidas Secas* foi sua obra de maior destaque. É considerado o melhor ficcionista do modernismo e o prosador mais importante da segunda fase do Modernismo. Maiores detalhes conferir. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/graciliano_ramos/#> Acesso em: 08 mar. 2015.

³⁶ Rachel de Queiroz (1910-2003) foi uma escritora brasileira. A primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras, eleita para a cadeira nº 5, em 1977. Foi também jornalista, romancista,

Nos romances batizados como “romances de 30 do Nordeste”³⁹, ganha lugar privilegiado os cenários da seca, das retiradas e dos canaviais. A feição interna dos personagens nordestinos, a situação de um “Brasil” que escapava entre os coronéis de engenhos e os flagelados da seca, entre as águas puras dos rios e os percursos de pedras do sertão tostadas, achava o seu lugar social e estético nas páginas desses romances, feitos num tom memorialístico e semiurbano.

Os escritos literários de 1930 emergem pensando a perda de espaços da elite açucareira no âmbito nacional, apontando para esse declínio e instituindo, no plano discursivo, os abalos e acontecimentos que se tornavam dizíveis e visíveis acerca desse processo, bem como apresentando os motivos que levaram essa elite a produzir-se decadente.

Essa literatura não vê a ideia de decadência como um artefato já construído, mas toma parte da sua construção, da sua instituição. Com a emergência de novas formas de pensar o Nordeste, de apresentar seu espaço e sua elite: “Emerge um novo pensar que é expresso através de indivíduos e que participa da construção desse quadro imagético-discursivo que reforça a decadência” (OLIVEIRA, 1997, p. 113).

As produções nordestinas são marcadas pelo tom de decadência, e os seus autores transformam as suas angústias diante da reordenação social em voz para narrar a permanência desse espaço em decadência. São autores que, ao passo que buscaram conter esse movimento de declínio por meio da escrita, contribuíram para instituir uma decadência nordestina como a invenção da decadência de sua elite.

cronista, tradutora e teatróloga. Maiores detalhes conferir. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/rachel_queiroz/> Acesso em: 08 mar. 2015.

³⁷ Jorge Amado (1912-2001) foi escritor brasileiro. O romance “Gabriela Cravo e Canela” recebeu os prêmios Jabuti e Machado de Assis. Seus livros foram traduzidos para quase todas as línguas. Foi Membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de nº 23. Maiores detalhes conferir. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/jorge_amado/>. Acesso em: 08 mar. 2015.

³⁸ Amando Fontes (1899-1967) foi revisor do imposto de consumo, advogado, professor de português e Deputado Federal por Sergipe. Escreveu *Os Corumbas* (1933). Obteve o prêmio Felipe de Oliveira de Literatura. Maiores detalhes conferir. Disponível em: <www.grandearacaju.com.br/conteudo.ler.php?cat=17&id=5373> Acesso em: 08 mar. 2015.

³⁹ A expressão “romances de 30 do Nordeste” de OLIVEIRA (1997). Na referida obra, o autor analisa como se institucionalizou a ideia de decadência na primeira República e quais são os sujeitos que contribuíram para que este discurso se consolidasse na política e na literatura.

O conjunto de romances que integram esse elenco discursivo da década de 1930 difere de outros romances brasileiros produzidos neste mesmo período por apresentar as características regionais. Cada romancista tinha as suas particularidades, o seu jeito de apresentar a região. São romances que participam da construção da nordestinidade e que elaboram uma região. No dizer de Albuquerque Júnior (2011),

Eles inventam um Nordeste tradicional, o que não significa que partam do nada. Significa que eles escolhem entre lembranças, experiências e imagens, enunciados, fatos, aqueles que consideram essenciais e característicos desta região, de um tipo regional. Na verdade selecionam imagens e enunciados, formas e materiais de expressão que se coadunam com uma dada visibilidade e dizibilidade do Nordeste, as do Nordeste como lugar de conservação de uma identidade ameaçada de se perder (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 126).

Tido como marco iniciador do romance de 1930, o romance *A Bagaceira* de José Américo de Almeida, publicado em 1928, foi tomando uma vasta dimensão na época de sua publicação:

Com a publicação de *A Bagaceira*, em 1928 instala-se o núcleo que será central ao desenvolvimento da temática e da posição perante a realidade do que depois será chamado de o ciclo do romance nordestino. Dentre deste, o papel do romancista e homem público paraibano foi ordem mais histórica que propriamente estética; ele foi um desbravador do caminho, cujo domínio deixaria para outros. Com efeito, passados mais de trinta anos de sua estreia, necessita-se de um severo esforço mental de reconstituição do momento histórico para que nos capacitemos a entender o entusiasmo com que o saudou Tristão de Athayde (LIMA *apud* BUENO, 2006, p. 85).

A obra em questão não apresentou vastas novidades quanto ao aspecto estético, mas se destacou pela relevância que teve na história da literatura brasileira ao iniciar a temática da seca, explorando a realidade brasileira de maneira crítica.

Foram surgindo produções literárias que elaboraram imagens e representações na escrita não apenas acerca de um Nordeste, pois tinha o Nordeste no açúcar e do

algodão, o Nordeste do litoral e do sertão. Havia obras que se dedicavam a buscar uma unidade regional, como é exemplo *Senhora de Engenho* de Mário Sette; os romances do “Ciclo da cana-de-açúcar” de José Lins do Rego, que dão ênfase nos aspectos culturais da zona açucareira. Enquanto outras obras, como *A Bagaceira* de José Américo de Almeida e *O Quinze* de Rachel de Queiróz assinalam para as características marcantes do homem sertanejo enquanto princípios fundamentais para a constituição do caráter brasileiro. No dizer de Iranilson Buriti de Oliveira,

É um discurso que se propõe transmitir os valores que personalizam o engenho e a família patriarcal, mas às vezes se mostra favorável à modernização, tal é o caso de José Américo em “*A Paraíba e seus Problemas*” e em “*A Bagaceira*”. Estas obras, segundo Gilberto Freyre, estão inseridas no processo técnico de modernização, por isso são deslocadas das influências da formação discursiva Regionalista-tradicionista que enxergava a técnica como triunfo do mundo urbano-burguês sobre o rural-patriarcal, e o discurso social de “*A Bagaceira*” traz as marcas do progresso técnico em sua narrativa (OLIVEIRA, 1997, p. 87).

Alguns dos ficcionistas nordestinos, entre os quais José Américo, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Jorge Amado, receberam do Congresso Regionalista contribuições teóricas⁴⁰. Desta forma, os romancistas foram através de seus escritos buscando desmistificar o preconceito com que era visto o Nordeste, sendo assim, para um estudioso sobre a invenção do Nordeste:

O final da década de vinte e, principalmente, a década de trinta marcaram a transformação da literatura regionalista em “literatura nacional”. A emergência da análise sociológica do homem brasileiro, como uma necessidade urgente, colocada pela formação discursiva nacional-popular, dá ao romance nordestino o estatuto de uma literatura preocupada com a nação e com seu povo, mestiço, pobre, inculto e primitivo em suas manifestações sociais. A literatura passa a ser vista como destinada a oferecer sentido às várias realidades do país; a desvendar a essência do real (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 123).

⁴⁰ Essas influências são as ideias contidas no Manifesto Regionalista, que só veio a ser publicado em 1954, entretanto sua tese passou a ser conhecida a partir de 1926, através da realização do Congresso Regionalista de Recife.

Desta forma, podemos inferir que as décadas de 1920 e 1930 marcaram profundamente a literatura, ultrapassando os limites regionalistas e alcançando o âmbito nacional. Passou a haver inquietações quanto à forma de se compreender sociologicamente o homem brasileiro, algo que com a formação discursiva nacional-popular confere ao romance nordestino a ênfase em produções literárias com os olhos voltados para a nação, e com ela seu povo.

O romance seria, então, a forma dos escritores se expressarem pela denúncia de uma sociedade e dos problemas da sua região. No Nordeste destacaram-se os romancistas José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, ressaltando que, por fazerem parte da elite agrária, não passaram por muitos problemas econômicos graves. José Lins do Rego, ao se destacar como o romancista que mais profundamente enfatizou a decadência dos engenhos nordestinos no século XX, se ateve de recursos como as recordações da infância e da adolescência.

E o Romance de 1930 aborda várias realidades do Nordeste, mas como nos aponta Albuquerque Júnior,

O ‘romance de trinta’ tem como tema central a decadência da sociedade patriarcal e sua substituição pela sociedade urbano-industrial. Seus autores procuram se engajar na luta entre os vários projetos que surgem para a nação neste momento de transição, desde propostas conservadoras até revolucionárias. Para isso eles tentam se ‘aproximar’ do povo, adotando temas e formas de expressão de origem popular como forma de denunciar as condições sociais em que vivia. Sendo em sua maioria descendentes de famílias tradicionais e decadentes, vivendo um processo de marginalização, estes intelectuais de classe média não estão mais comprometidos diretamente com os grupos dominantes [...] identificando-se com o sofrimento do povo, muitos terão a pretensão de ser seus porta-vozes numa nítida postura populista, oscilando entre denúncia das condições de vida dos setores populares e o elogio da dominação paternalista (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 127)

No que concerne a José Lins do Rego, ele poderia ser inserido no aspecto do elogio da dominação paternalista. Como um herdeiro dessa dominação, ele pouco enfatiza os problemas sociais, e quando isso acontecia, era com o tom de reforçar a

representação de uma casa-grande, de um engenho e de Nordeste sem muitos conflitos. Sua produção funcionou como uma forma de enaltecer o sistema a que pertenceu.

Os contatos com o Movimento Regionalista e Tradicionalista são fatores importantes para a formação do romancista ao escrever os romances que compõem o chamado “Ciclo da cana-de-açúcar”. Estas obras “são romances que se passam na zona açucareira do Nordeste no momento em que sua estrutura tradicional está se decompondo por causa de uma nova força econômica, a usina e o capitalismo moderno” (CORDEIRO, 2010, p. 34).

Vários enunciados foram elaborados para sensibilizar que a geografia do engenho começava a entrar em ruínas. Neste rol, temos os escritos literários de José Lins do Rego que, se valendo de elementos memorialísticos e regionalistas, ansiou rerepresentar em sua narrativa aspectos da sua vivência nos engenhos nordestinos. Em concordância com o ideário de decadência, José Lins do Rego produziu as obras do “Ciclo da cana-de-açúcar”, obras que tem como traço essencial a narrativa que relaciona, em uma ordem cronológica, as situações pelas quais passava a população nordestina, narrativas transplantadas das memórias de um homem que se via a percorrer seu passado e constituir suas lembranças.

O que poderia explicar os seus romances cíclicos estaria na existência de um profundo apego a sua região de origem, ao representar a condição humana dos problemas que ela exprime e, ao mesmo, expressar uma crescente exaltação de sua região e de suas origens. Para Albuquerque Júnior, “sua utopia seria a volta ao passado que era indisfarçável nostalgia de uma sociedade hierarquicamente dividida entre senhores e escravos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 131). A organização de sua obra, com a ausência de diálogo, torna o espaço que descreve como sendo visto por uma só direção e falado em uma única voz: a do narrador. Narrador este que não problematiza seus personagens, representados como homens e mulheres conformados com aquela sociedade patriarcal.

Ao mesmo tempo em que José Lins do Rego representava o seu Nordeste memorialista, tradicionalista e decadente, ele rompia com o caráter de denúncia que caracterizava o Romance de 1930. O seu romance tendeu a representar um mundo nos

engenhos nordestinos sem criticar as condições de vida das pessoas. Pelo contrário, era uma situação que ele representou como algo naturalizado na sociedade patriarcal.

Valendo-se de recordações da juventude, com um tom nostálgico, é que se situam seus escritos. Na paisagem rural do engenho, destaca-se o homem como eixo norteador da sua narrativa, por vezes citando aspectos notadamente particulares, como parentes e trabalhadores, sem deixar de enaltecer a figura de seu avô.

De maneira geral, a conjuntura política, econômica e social dos anos 1920 e 1930 foi abalada e permitiu que uma sociedade se definisse como decadente. Uma decadência que ganhou mais notoriedade a partir do momento em que alguns sujeitos, e dentre eles os romancistas de 1930, emergiram como aqueles que buscavam paralisar o tempo no papel, que representavam um Nordeste cujos laços não fossem desfeitos e as tradições regionais fossem mantidas.

Capítulo III

Representações de um Nordeste açucareiro

Neste capítulo, voltaremos nossa atenção para a análise dos escritos de José Lins do Rego, particularmente aqueles que foram produzidos junto ao Romance de 1930 e, notadamente, com ênfase nos engenhos nordestinos. Em especial, iremos nos deter na reflexão acerca das formas como José Lins apresentou e representou o Nordeste açucareiro no livro *Menino de engenho* (1932).

3.1 As representações do engenho

De início o engenho é representado no livro *Menino de Engenho* da seguinte maneira:

A minha mãe sempre me falava do engenho como de um recanto do céu. E uma negra que ela trouxera para criada, contava histórias de lá, das moagens, dos banhos de rios, das frutas e dos brinquedos, que me acostumei a imaginar o engenho como qualquer coisa de um conto de fadas, de um reino fabuloso (REGO, 1974, p. 9).

Interessante notar que o engenho aparece nas lembranças que ele tinha como um lugar encantado, de brincadeiras, um recanto do céu. Sem enfatizar as condições de vivência das pessoas que trabalhavam naquele espaço, um ambiente em que se passa toda uma narrativa memorialista, com os olhos voltados para traços do cotidiano que frisavam a preponderância dos que habitavam a casa-grande perante os trabalhadores do engenho.

De acordo com Maria das Neves Alcântara Pontes (2000), o termo engenho é definido da seguinte maneira:

Em sentido lato, significa “aparelho industrial”, máquina; estabelecimento fabril ou agrofábrica, onde são cultivados, preparados ou beneficiados diferentes produtos ou matérias-primas. Nesta última acepção, a palavra sofre variações intensas de aplicação, designando

um objeto diferente para cada região geográfica ou econômica (PONTES, 2000, p. 82).

A partir das linhas acima percebemos que a palavra engenho apresenta diferentes acepções e especificidades. No Nordeste, ela ganhou destaque com a fabricação do açúcar – principal produto a ele associado e que ampliou o significado do termo para todo um complexo social estabelecido em torno da produção açucareira. Nesse sentido, o engenho de açúcar se constituiu em um elemento de exploração econômica profundamente ligado à construção histórica e social do atual Nordeste brasileiro, desde os tempos coloniais, quando este produto foi amplamente produzido. Essa atividade permaneceu sendo desenvolvida na região durante o Império e a República. Em menor escala, e em configuração quase artesanal, alguns engenhos existem no interior do Nordeste brasileiro até os nossos dias.

Em seus dois principais núcleos históricos, Pernambuco e Bahia, o engenho de açúcar não foi unicamente uma célula econômica, foi também uma unidade social cujo personagem principal foi o senhor de engenho. Acerca disso vejamos,

Em torno dele [senhor de engenho] girava sua família, com base bastante ampla. Dadas as condições primitivas do trabalho servil, era naquela época, desenvolvida pelos escravos, constituindo o conjunto, a unidade essencialmente patriarcal. O engenho reconhecia a autoridade fortemente centralizada, pessoal e quase absoluta do senhor da casa grande (PONTES, 2000, p. 83).

A autoridade principal do engenho era o senhor de engenho que, tomava as decisões com base na consciência moral e religiosa, ou ainda, por laços de amizade com os outros senhores de engenho, cangaceiros e políticos.

O engenho de açúcar foi a paisagem predominante em outras obras literárias do Romance de 1930, tanto nas obras de José Américo de Almeida (*A Bagaceira*), quanto nas obras do “Ciclo da cana-de-açúcar” de José Lins do Rego. De acordo com Oliveira (1997, p. 86), surgiu assim “um discurso da memória, em que os autores vão elaborar um conjunto de lembranças sobre um espaço (o engenho, o Sertão, o Nordeste) que pouco a pouco se desintegra e perde a sua identidade”. Foram materializadas na escrita literária aspectos da memória de um mundo vivido nos engenhos que não podia ser perdida.

O primeiro romance do “Ciclo da cana-de-açúcar”, *Menino de Engenho*, escrito em primeira pessoa do singular, faz parte de um rol de narrativas que tiram o véu de sua infância, sendo tema recorrente em uma vida de menino da bagaceira. Ao pensarmos os escritos de José Lins do Rego, é interessante a forma como ele olhou para o seu passado e como os sujeitos participantes de um grupo social, particularmente a sociedade açucareira, foram construídos a partir da perspectiva do homem maduro, do presente que se volta constantemente para o passado, em suas memórias de menino. Há quem classifique os romances de José Lins do Rego como “romances de açúcar”,

O foco narrativo dos “romances de açúcar” se articula em torno de alguns temas peculiares ao mundo rural, destacando-se a ‘decomposição’ da vida do banguê e do seu senhor e o repúdio às inovações técnicas na agroindústria do açúcar. Preocupa-se em manifestar o ‘espetáculo’ complexo do engenho, em reproduzir a memória de menino de bagaceira (OLIVEIRA, 1997, p. 126).

Os “romances de açúcar”, denominados por Iranilson Buriti de Oliveira, apontam para a abordagem que José Lins conferiu as suas obras, tanto com o teor da decadência social (apresentada no capítulo anterior), quanto tratando dos principais aspectos da situação econômica da classe ligada ao açúcar.

O nosso romancista ganhava vários comentadores acerca de seus livros sempre que eles eram reeditados e, desta medida, se formulou uma “fortuna crítica” acerca de José Lins do Rego.

Neste sentido, o estudioso Antônio Cândido (1991) definiu José Lins do Rego como “um romancista em decadência”. Em um breve ensaio, no qual focaliza a obra *Fogo Morto* (1943), ele assim colocou:

O Sr. José Lins do Rego tem a vocação das situações anormais e dos personagens em desorganização. Os seus [personagens] são sempre indivíduos colocados numa linha perigosa, em equilíbrio instável entre o que foram e não serão mais, angustiados por essa condição de desequilíbrio que cria tensões dramáticas, ambientes densamente carregados de tragédia, atmosferas opressivas, em que o irremediável anda solto. Os seus heróis são de decadência e de transição, tipos desorganizados pelo choque entre um passado divorciado do futuro (CÂNDIDO, 1991, p. 392).

São muitos os estudos que se voltam para as obras de Jose Lins Rego e, neste rol, também temos Elri Bandeira de Sousa (2006) que se volta para a análise do trágico na obra *Fogo Morto*. A escrita de Sousa nos possibilita lançar vários olhares para o romancista de 1930 e não pensá-los unicamente na perspectiva da decadência, da autobiografia, da memória, da oralidade dos cantadores e contadores de história do Nordeste. Os críticos de José Lins do Rego, particularmente, os que se dedicam ao biografismo encontram na sua ficção várias evocações de lembranças dos tempos de infância no engenho Corredor, ao lado do avô e das tias, dos cabras do eito, dos moleques da bagaceira e das negras. Vejamos mais detalhes no seguinte trecho,

Os lugares, as pessoas e as situações vividas ou presenciadas pelo menino de engenho ou adolescente parecem transpor a barreira da ficção sem se transformarem, sem passarem por uma elaboração artística. Em certos textos críticos, Carlinhos e José Lins parecem ser a mesma pessoa (SOUSA, 2006, p. 57).

A profunda relação entre José Lins e Carlinhos, o autor e a autoria, demonstra a simbiose entre o adulto narrador e a criança protagonista. Nas palavras de Neroaldo Pontes de Azevedo (1991),

A criança, por sua vez, contamina o narrador, que se mostra nostálgico do tempo que passou, buscando na arte a recuperação do tempo perdido. Mas a descrição do mundo vivido pela criança é feita pela ótica de alguém que pertencia à classe dominante e que fruía dos valores da situação. A distância temporal confere ares místicos a esse mundo que já então se desagregara. É o narrador adulto contaminando o mundo da criança (AZEVEDO, 1991, p. 215).

A escrita com tom de saudade, de recordações, de memórias é uma característica que perpassa todo o livro *Menino de Engenho*, uma narrativa que usa da infância, das lembranças da vida no engenho para construir uma escrita literária. A literatura se construindo com base em um mundo dos engenhos, do ambiente em que os homens tinham de ser “macho”, de coronéis bondosos e justos.

3.2 As representações da memória e do coronelismo

Menino de Engenho (1932) teve a sua primeira edição custeada pelo próprio autor e, segundo os estudiosos Castello, Cândido, Ceballos, Sousa, já citados neste texto, foi nomeadamente um livro de “memórias”, de lembranças em sua maioria tristes. O narrador, já adulto, narrou a sua vivência no engenho do avô materno.

O livro é amparado no sentimento de perda. A perda da convivência com os pais, devido à morte da mãe e a prisão do pai. E, assim, um menino de quatro anos teve que ir morar no engenho do seu avô, um coronel de grandes posses. Vejamos como se deu a elaboração de *Menino de Engenho*:

Ao iniciar a elaboração do romance *Menino de Engenho*, José Lins do Rego não pensava em fazê-lo. Desejava como ele mesmo confessou traçar a biografia de seu avô, o velho José Lins, que era para ele o tipo representativo de senhor de engenho, expressão legítima do patriarcalismo rural da região açucareira do nordeste. Ou então, imaginou escrever um romance, cujo primeiro capítulo fixaria a experiência da infância (CASTELLO, 1961, p. 122).

A vida de José Lins do Rego, uma vez conduzida para o viés ficcional, passou a ter novos predicados. O romancista virou Carlos de Melo, traquino, doente, tarado, “doidinho”; o seu avô Lins de Albuquerque ganhou feição em Zé Paulino, bondoso, justo, o dono do lugar e de todos que ali viviam, simbolizando o proprietário rural, a expressão clara do latifundiário paraibano e açucareiro. Assim, o engenho Corredor converteu-se no ficcional engenho Santa Rosa e, em muitas partes do texto, é mostrado como um “recanto do céu” pela tranquilidade e pela mansidão só encontrada na vida no campo.

Uma discussão interessante acerca deste assunto parte do livro “A invenção do Nordeste e outras artes”, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), no qual aborda como escritores, cantores, cineastas, pintores e intelectuais contribuíram para a institucionalização da invenção do Nordeste, enquanto espaço regional dentro da Nação:

O nordeste surge como reação às estratégias de nacionalização que o dispositivo da nacionalidade e a formação discursiva nacional-popular põem em funcionamento; por isso não expressa mais os simples interesses particularistas dos indivíduos, das famílias ou dos grupos oligárquicos estaduais. Ele é uma nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso da tradição e numa posição nostálgica em relação ao passado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 80)

Para a construção da ideia de Nordeste como invenção, Albuquerque Júnior apresentou vários escritores regionalistas como José Américo de Almeida, Rachel de Queiróz e José Lins do Rego, destacando a forma como eles escreveram e narraram a sua visão de Nordeste. Acerca do autor de *Menino de Engenho*, esse historiador dos espaços teceu várias discussões, assinalando a amizade de José Lins do Rego com o sociólogo de Apipucos e percebendo um detalhe que distingue a escrita de ambos:

Os romances de José Lins não nascem de uma pesquisa sociológica, mas são livros feitos a partir de histórias que lhe foram contadas nas salas dos engenhos, nas cozinhas pelas negras, são livros de recordações de sua infância. [...] Cada livro seu é a descrição de um processo de destruição e, ao mesmo tempo, um esforço de reconstrução de seu interior e exterior com estes pedaços de passado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 148).

José Lins do Rego conduz para o meio literário seus feitos enquanto menino de engenho, que venerava o campo, o ar puro do engenho do seu avô, este que é idealizado em um coronel “Zé Paulino”. É interessante notar como esta forma de perceber o seu avô é uma ideia que passa pela própria educação e moral dada pelas famílias a seus filhos, pois a família tinha uma autoridade absoluta, o pai, ao redor de quem tudo deveria girar e funcionar.

E foi nesse mundo em que o avô era o centro de tudo que aos poucos Carlinhos vai se adequando a vida no engenho, conviveu com uns primos que vieram visitar a família, teve muito contato com uma prima Lili, uma menina de saúde frágil que veio a falecer. Isso para Carlinhos foi o início de mais uma perda em sua vida, primeiro foi sua mãe, depois o pai que não o visitava e depois Lili que faleceu. A liberdade que tinha de percorrer os pormenores do engenho foi uma das primeiras perdas. Os cuidados da Tia

Maria aumentaram, pois, para ela, Carlinhos não estava preparado para acompanhar o ritmo da vida nos meninos da bagaceira.

Com uns dias mais eu já estava senhor da minha vida nova. Tinham chegado para passar um tempo no engenho uns meus primos, mais velhos do que eu: dois meninos e uma menina. Agora não era só com os moleques que me acharia. Meus dois primos, bem afoitos, sabiam nadar, montar a cavalo no osso, comiam tudo e nada lhes fazia mal. Com eles eu fui aos banhos proibidos, os do meio-dia, com a água do poço escaldando. E então nós ficávamos com a cabeça ao sol, enxugando os cabelos, para que ninguém percebesse as nossas violações (REGO, 1974, p. 13).

Carlinhos adquire mais liberdade e passa a brincar com os pés no chão, nadando, montando a cavalo, comendo de tudo, tomando banhos com água do poço. Carlinhos, junto aos primos, não parava vivendo de forma livre e sem restrições, exceto por algumas advertências de tia Maria que não resultavam em muito efeito. E, durante a narrativa, a Tia Maria vai desempenhando e representando o papel de sua mãe.

O modo de ver e de sentir as coisas mudaria: os banhos de rio, as tardes de brincadeiras em companhia dos moleques, as refeições na casa grande, as visitas às propriedades do avô, a vivência com os escravos. O menino que até então morava na cidade passava agora a viver no engenho.

3.3. As representações da masculinidade

No decorrer da sua chegada à Santa Rosa, o menino é levado para conhecer as pessoas que passariam a ser a sua família: o avô, a tia Maria, as negras da cozinha, a tia Galdina, os meninos da bagaceira e, aos poucos, foi se tornando conhecido por todos os escravos do seu avô. Após chegar ao engenho, o menino Carlinhos depara-se com toda a parentela a sua espera. Mesmo assim, a saudade da sua mãe ainda lhe afligia. Foi apresentado a todos, um por um, e quando chegou ao quarto de uma “tia Maria”, a Maria Galdina, não se conteve em lágrimas quando ela afirmou ser ele a cara da mãe:

[...] Saí chorando do quarto da velha. A moça que se parecia com minha mãe, e que era a sua irmã mais nova, me levou para mudar a roupa.

- Agora vou ser a sua mãe. Você vai gostar de mim. Vamos, não chore. Seja homem (REGO, 1974, p. 9).

Vislumbramos num primeiro momento que, para ser homem naquela sociedade, não era permitido chorar. Se levarmos em conta os padrões sociais, a busca por uma dizibilidade e visibilidade masculina era algo comum para a época. Mas o que era ser homem naquele momento? Encontramos resposta na narrativa de Albuquerque Júnior (2013), quando ele analisa a figura masculina e de que forma ela tem sido elaborada com práticas discursivas e/ou não discursivas que produziram um ser nordestino e lhe atribuíram uma identidade.

Para o referido autor, o nordestino é uma figura que vem sendo representada por uma vasta produção cultural. Entretanto, o que o instigou a estudar acerca do assunto é o fato de que se institucionalizou na historiografia, na sociologia, na literatura, no teatro, na música e nas declarações das autoridades que, o nordestino é macho, que não há lugar para atributos femininos. Porém, as obras de 1920 e 1930 já apontavam para uma crise dos padrões de masculinidade vigentes até o final do século XIX. Nas palavras de Albuquerque Júnior,

[...] Crise de um padrão de masculinidade, trazida pelas mudanças aceleradas proporcionadas pelo mundo moderno, sobretudo pela alteração do lugar ocupado pelas mulheres, pelos filhos e pela própria família, é vivida como uma crise mais aguda, pois abarcaria todos os aspectos da sociedade. É nítido como as figuras de gênero são usadas para falar da crise econômica, política e social vivida pelo Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 209).

A crise mencionada acima foi usada como eixo para elaboração de várias representações que colocavam o Nordeste como vítima, que precisava ser salva perante o declínio de uma elite agrária tradicional masculina e dominante. Nas obras de José Lins do Rego do “Ciclo da cana-de-açúcar”, os personagens principais são masculinos, mas sempre acompanhados pela presença feminina: esposas, filhas, sogras, irmãs,

cunhadas, agregadas, escravas, mulheres que depois da escravidão não abandonam as casas de seus antigos donos, que dão nuança à vida cotidiana dos engenhos.

Ao se estudar os romances regionalistas que tomam o engenho como plano de fundo, é preciso atentar que eles fazem parte de um contexto peculiar e, como nos adianta Rodrigo Ceballos, trata-se de um

Mundo que foi desejado por homens do seu tempo, é conhecer práticas e destemperos sexuais saudosistas e um cotidiano que mesmo reinventado não deixam de criar um modelo de masculinidade e fazer críticas às “modernas” práticas dos “maus costumes” que estes escritores vivenciavam. Os romances regionalistas (assim como as memórias e publicações sobre um passado pernambucano) tinham como principal intuito buscar reviver valores encontrados em determinadas tradições e costumes (2003, p. 81).

Os estudos de Ceballos (2003) apontam que o mundo dos desejos, da saudade e do ser homem no Nordeste era um elemento de destaque nos romances regionalistas, uma vez que descreviam um certo ar de decepção diante dos novos rumos e comportamentos que se observavam nos engenhos. Quando comenta acerca de José Lins do Rego, Ceballos aponta que, “nas obras do “ciclo da cana”, [...] está uma forma de elaboração de imagens que deveriam ser resguardadas e, ao mesmo instante, um alerta para o fim de modelos que estariam sendo extintos” (2003, p. 82). Era como se a escrita fosse o meio de tornar público que o seu mundo particular, seus alicerces pautados naquele espaço do engenho, tivesse de ser elogiado para que não se perdesse.

As mulheres aparecem na narrativa de José Lins sob o olhar masculino, elas tinham o seu espaço reservado na casa-grande, eram elas as responsáveis pelo comando das tarefas domésticas, mas as decisões sempre eram tomadas por Zé Paulino. É interessante quando o menino fala da Tia Sinhazinha, pessoa de idade avançada que, na juventude, fora abandonada pelo marido por causa da sua personalidade, marcadamente forte. Era ela quem exercia a coordenação das atividades da casa-grande, “como um tirano [...] As pobres negras e os moleques sofriam dessa criatura uma servidão dura e cruel [...] Vivia a resmungar. A encontrar poeira nos móveis, furtos em coisas da despensa, para pretexto de suas pancadas nas crias da casa” (REGO, 1974, p. 15).

3.4. As Representações da família patriarcal

A família patriarcal brasileira⁴¹ era quem comandava as relações no engenho. Onde havia uma forte manutenção dos ideais de dominação do senhor/coronel perante os seus submissos, seus escravos. No romance, Carlinhos faz a descrição de seu avô coronel da seguinte forma:

Meu avô me levava sempre em suas visitas de corregedor às terras de seu engenho. Ia ver de perto os seus moradores, dar uma visita de senhor nos seus campos. O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto a canto, entrar pelas suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem. Andávamos muito nessas visitas de patriarca. [...] Acudia sempre uma mulher de cara de necessidade: a pobre mulher que paria os seus muitos filhos em cama de vara e criava-os até grandes com o leite de seus úberes de mochila (REGO, 1974, p.36).

Podemos perceber através desse trecho que o menino apresenta seu avô como sendo um homem poderoso, alguém a quem as pessoas deviam respeito, pois na hora da “precisão” era a ele que recorriam. Mesmo com a abolição da escravidão, muitos não deixaram os contornos do engenho, geralmente devido ao “desejo” de continuar servindo ao senhor. Muitos viviam na senzala, especialmente “as negras do meu avô” como eram chamadas por Carlinhos. A utopia de Lins do Rego, segundo Albuquerque Júnior, seria a “volta ao passado que era indisfarçável nostalgia de uma sociedade hierarquicamente dividida entre senhores e escravos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 131).

O coronel também ajudava aqueles que não estavam sob seus domínios; que não habitavam as suas terras em momentos críticos, como os de cheias do rio Paraíba, que desabrigavam pessoas e arrasavam plantações; providenciando junto ao governo alimentação para os desabrigados.

⁴¹ A expressão “família patriarcal brasileira” foi difundida principalmente por Gilberto Freyre, também o seu mais extenso pesquisador no Brasil. Outra expressão é a de “família conjugal moderna” usada por Antônio Cândido de Mello e Souza em sua caracterização do ponto terminal da trajetória histórica da família brasileira. Quem traz para discussão os dois autores é Mariza Corrêa (1994) no seu texto “Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil” no qual apresenta as formas de pensar a família desde o Brasil colônia.

No entanto, as cheias mais fortes atingiam os espaços da casa-grande. Nas passagens relacionadas às cheias, a narrativa enfatiza a dissolução de hierarquias sociais por meio da natureza, o único elemento capaz de arrasar todos os homens: “nós os da casa-grande, estávamos ali reunidos no mesmo medo, com aquela gente pobre do eito. E com eles bebemos o mesmo café com açúcar bruto e comemos a mesma batata doce do velho Amâncio” (REGO, 1974, p. 59). Carlinhos, abrigado na simplicidade da casa do morador Amâncio, percebe que os trabalhadores do eito e suas famílias,

Pareciam felizes de qualquer forma, muito submissos e muito contentes com o seu destino. A cheia tinha-lhes comido os roçados de mandioca, levado o quase nada que tinham. Mas, não levantavam os braços a imprecar, não se revoltavam. Eram uns cordeiros. – O que vale é ter saúde e a proteção de Deus – diziam sempre. Mas, coitados, com que saúde e com que Deus estavam contando eles (REGO, 1974, p. 59).

Ao mencionar acerca de seus amigos do tempo de criança, Carlinhos deixa visível para o leitor as relações entre os meninos de engenho e os moleques da bagaceira. O menino diz que foi tratado com todas as regalias e agrados que o neto do prefeito da terra deveria receber, quando começou a frequentar a escola primária, a mesma escola que os filhos dos moradores do engenho. Havia para ele

Um regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para ‘o neto do coronel Zé Paulino’ [...] Eu me sentia bem com todo esse regime de miséria. Os meninos não tinham raiva de mim. Muitos deles eram moradores do engenho (REGO, 1974, p. 63).

Carlinhos explica que eles, os da casa-grande, frequentemente andavam atrás dos moleques enquanto brincavam. Afinal, eles sabiam nadar melhor, nadar a cavalo com mais habilidade e não pediam nunca ordem para sair:

O interessante era que nós, os da casa-grande, andávamos atrás dos moleques. Eles nos dirigiam, mandavam mesmo em todas as nossas brincadeiras, porque sabiam nadar como peixes, andavam a cavalo de todo jeito, brincar de pião, jogar castanha. Só não sabiam ler. Mas

isto, para nós, não parecia grande coisa [...] E eles as vezes abusavam desse poderio, da fascinação que exerciam. Pediam-nos para furtar coisas da casa-grande para eles; laranjas, saptis, pedaços de queijo. Trocavam conosco seus bодоques e os seus piões pelos gêneros que roubávamos na dispensa (*Idem, ibidem*, p. 85).

Aqui vemos como o contato com os meninos da bagaceira era representada como um laço de amizade, pois Carlos de Melo precisava dos meninos por que eles sabia fazer coisas que ele, o neto do senhor de engenho não sabia, em troca ele pegava algumas coisas da casa-grande para eles.

Atentando para essa diferença de tratamento, Carlinhos comenta que,

Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida me fazia ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos *Idem, ibidem*, p. 116).

É como se aquela situação em que vivesse os empregados de seu avô fosse satisfatória, como se não necessitasse de melhorias, porque, apesar das condições de higiene, havia a convivência com os que ali habitavam. Assim, podemos vislumbrar que a relação social para Carlinhos era fato concedido por Deus. O que leva perceber também o fator da saudade, pois, com a ascensão da usina, esta forma de viver mudaria, as pessoas passariam a receber pelo seu serviço, muitas vezes sem nem conhecer o dono das terras onde trabalhavam.

No decorrer da narrativa do romance, fica claro para o leitor o espaço, a paisagem e a sociabilidade construída no interior dos latifúndios monocultores de cana-de-açúcar. Em seu livro “Nordeste” [1937] (2004) Gilberto Freyre adianta que a monocultura não pode ser distanciada de qualquer esforço de interpretação social do Nordeste agrário, exatamente por representar o aspecto principal do desenvolvimento da região, embora não seja um caso à parte do latifúndio e da escravidão. No cerne desse sistema, situado na Zona da Mata, surgiu “a civilização moderna mais cheias de

qualidades, de permanências e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos” (FREYRE, 2004, p. 24). Vejamos no dizer Chaguri,

Era nesta região que foram mais a fundo as raízes agrárias que possibilitaram ao Brasil de colônia de plantação tornar-se um império de plantadores de cana, com senhores de engenho elevados a barões, viscondes, marqueses, senhores, ministros, conselheiros, títulos nobiliárquicos que renovaram e dilataram o prestígio dos senhores de engenho durante o Império e que foram muito importantes para, posteriormente, o novo triunfo destes como usineiros (CHAGURI, 2007, p. 113).

Há trechos em que para Carlos de Melo a relação entre o coronel José Paulino e seus escravos era afetuosa de tamanha maneira que a senzala do engenho Santa Rosa não desapareceu com a Abolição, ela permaneceu envolta da casa-grande, ou seja, os negros não abandonaram o engenho: “o meu avô continuava a dar-lhes o que comer e vestir. E eles trabalhavam de graça, com a mesma alegria da escravidão” (REGO, 1974, p. 83). O menino, com sua forma de narrar os acontecimentos, dá a impressão de estar escrevendo um diário de memórias, descrevendo que era difícil encontrar um senhor de engenho de “coração duro” para os escravos. Seu avô lhe dizia que na região da Várzea apenas os escravos de Ursulino do Itapuá haviam festejado a Abolição e, depois, abandonando o engenho. No dizer de José Paulino,

Quando veio o Treze de Maio, fizeram um coco no terreiro até alta noite. Ninguém dormiu no engenho, com zabumba batendo. Levantei-me de madrugada, pra ver o gado sair para o pastoreador, e me encontrei com negrada, de enxada no ombro: iam para o eito. E aqui ficaram comigo. Não me saiu do engenho um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando dia a dia. O que ganham não dá nem para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga de angu de milho e Ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo que fazia antes era para comprar e vestir negro (*Idem, ibidem*, p. 118).

A fala acima remete para uma “experiência coronelística” que pode ser vislumbrada pela perspectiva de Fortunato (2000), quando nos apresenta como se deu a construção do conceito de coronelismo e da imagem de coronel, e como estes foram

pensados a partir dos vários discursos que foram gestados tanto na perspectiva acadêmica quanto na literatura.

A imagem do coronel como um princípio enunciativo do coronelismo foi instituída como um símbolo que se referia a patente de coronel disponibilizada pelo Estado aos coronéis da Guarda Nacional. Não obstante, os coronéis que proporcionaram a construção do conceito de coronelismo foram reconhecidos como aqueles homens que podiam se apoderar e dominar a política como se fossem seus donos.

Com o advento da República, foram concedidas patentes de coronéis a partir de critérios e interesses políticos. Adentra assim a figura do coronel político, cuja identidade se assenta nos interesses políticos das oligarquias, em particular na Primeira República. Assim sendo,

O coronel exerce uma série de funções que o fazem temido e obedecido, o que ele deve aos seus dotes pessoais e não ideológicos. É o chefe do Clã, título que engloba “não só a família que lhe segue e obedece as [pegadas] mais próximas, mas o cabroal que vive em função do seu prestígio e da sua força, do seu dinheiro”. Aos agregados ele dispensa favores: dá-lhes terras, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doentes; em compensação exige fidelidade, serviços, permanência infinita em suas terras, participação nos grupos armados. Aos familiares e amigos ele distribui empregos públicos, empresta dinheiro, obtém créditos; protege-os das autoridades policiais e jurídicas. É o juiz, pois obrigatoriamente é ouvido a respeito de questões de terras e até de casos de fuga de moças solteiras. É comerciante e agricultor, porque produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado, jogando com os maiores recursos financeiros e representando a potência econômica fundamental do município. É homem de fé, pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa. É hospitaleiro com os de fora e os do lugar, e sendo sua casa abrigo seguro para todos que o procuram (CARONE, *apud* FORTUNATO, 2000, p. 169-170).

Pensando a partir dos enunciados expostos acima, a imagem do coronel centraliza um poder estritamente ligado à propriedade. É aquele que cabe o respeito, a fidelidade, pois nos momentos em que necessitam da sua colaboração ele estava ali disposto a dar auxílio. O cenário de José Lins do Rego caracteriza-se pela exaltação do poder do avô que era desempenhado em sua propriedade e com a população que o habitava. E no livro, era representado por Carlinho como “a figura alta e solene de meu avô” (REGO, 1974, p. 10).

De acordo com Fortunato (2000), o poder do coronel era reflexo das manifestações políticas paraibanas e suas correlatas coligações locais, pelo cangaço e pelo coronelismo a cumprirem um poderio coercitivo paralelo e oposto ao Estado, pelas disputas entre os engenhos banguês e pelo progresso das usinas de açúcar.

Era através das visitas na senzala que Carlinhos começa a ser estimulado ao sexo, nas suas conversas com os meninos, com os empregados do eito, com a percepção de que as mulheres do engenho, mesmo sem marido, de repente apareciam com as barrigas enormes, “perpetuando a espécie sem previdência e sem medo. Os moleques dormiam nas redes fedorentas; o quarto todo cheirava horrivelmente a mictório. [...] Mas era ali onde estávamos satisfeitos, como se ocupássemos aposentos de luxo” (REGO, 1974, p. 56).

A senzala aparece como o local de primeiro estímulo ao sexo, com as conversas, “no contato libidinoso com os moleques da bagaceira” (REGO, 1974, p. 57). O início sexual de Carlinhos ocorreu com a negra Luísa que, segundo o menino, serviu de comparsa para as suas perversões antecipadas. Era ela quem,

Ia me botar para dormir, e enquanto ficávamos sozinhos no quarto, arrastava-me a coisas ignóbeis. Eu era um menino sem contato com o catecismo. Pouco sabia das rezas. E esta ausência perigosa da religião me levava a temer os pecados (REGO, 1974, p. 103).

O pecado de se envolver tão jovem com as mulheres (Zefa Cajá, por exemplo) acarretou uma série de consequências, pois seu sistema imunológico não estava preparado para se defender das “moléstias do mundo”. Vejamos como Carlos de Melo se refere a este momento,

A doença do mundo me operava uma transformação. Via-me mais alguma coisa que um menino; e mesmo já me olhavam diferente. Já não tinham para mim as condescendências que se reservavam às crianças. As negras faziam-me de homem. Não paravam as conversas quando eu chegava. Enxeriam-se. Procurava as lavadeiras de roupa pela beira do rio. Ficavam quase nuas batendo os panos nas pedras. Tomava banho despido junto delas, olhando as suas partes relaxadamente descobertas (REGO, 1974, p. 117).

O neto do coronel, do senhor de engenho passou de um menino a homem, as negras o viam com outros olhos. Para os padrões da época, Carlos de Melo se tornou homem mais cedo que seu avô. Conheceu as mulheres, teve início na vida sexual muito cedo, o que pode ter antecipado a sua saída do engenho para o colégio.

No momento da despedida do engenho Carlos de Melo fez o seguinte comentário: “os moleques estavam na beira da linha [de trem] para me ver passar. – Adeus, adeus, adeus! – com as mãos para mim. E eu com o lenço, sacudindo. Os olhos se encheram de lágrimas. Cortava-me a alma a saudade do meu engenho” (*Idem, ibidem*, p. 121). E a saudade começava a chegar para Carlinhos. A saudade como um “sentimento pessoal de quem se percebe perdendo espaços queridos de seu ser, dos territórios que construiu para si” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 78). A saudade que perseguiu grande parte da narrativa.

Ainda acerca da saída de Carlos de Melo,

Todo esse movimento me vencia a saudade dos meus campos, dos meus pastos. Queriam me endireitar, fazer de mim um homem instruído. Quando sai de casa, o velho José Paulino me disse:

- Não vá perder seu tempo. Estude que não se arrepende.

[...] Menino perdido, menino de engenho.

Era necessário que o seu neto tivesse uma boa qualidade de estudo, um curso de bacharel, para dar sucessão ao engenho da cana-de-açúcar. E no entanto, o que Carlos de Melo levava para o colégio era as vivências de um menino que se envolveu cedo com as mulheres, com as negras do seu avô. Um menino que levava a representação solene do um avô, do engenho como um recanto do céu.

É assim que José Lins do Rego termina a sua narrativa, apresentando um Nordeste açucareiro cheio de memórias, de saudade, de um romancista que ao tempo em que faz parte do que ficou conhecido por Romance de 1930, sai da linha de denúncia social, e representou na escrita um mundo que ele queria parar na escrita, queria eternizar.

Considerações Finais

Analizamos neste trabalho como José Lins do Rego representou o Nordeste em sua obra *Menino de Engenho*. Partimos do pressuposto de que o romancista paraibano dedicou parte de sua produção literária ao mundo do engenho. Após as discussões, podemos concluir que a formação do intelectual José Lins do Rego foi marcada por muitas redes de amizade, polêmicas, envolvimento na imprensa e pelo pensamento voltado para o regionalismo literário.

A trajetória de José Lins do Rego foi marcada por sua participação em periódicos regionais, fato que o tornou conhecido nos meios da imprensa. A sua opção por não se dedicar exclusivamente às letras Jurídicas, uma vez que se formara em Ciências Jurídicas, propiciou que tivesse contato com vários outros tipos de escrita: ao mesmo tempo, havia um cronista, um romancista e um crítico literário.

A cidade do Recife foi o local onde José Lins do Rego começou a se formar intelectualmente. Estudou na Faculdade de Direito da cidade, estabeleceu laços de amizade com Osório Borba, José Américo de Almeida e Gilberto Freyre dentre outros; teve contato com as ideias do Movimento Regionalista e Tradicionalista e passou a divulgar a ideia de revalorização das tradições.

As manifestações literárias, culturais, sociais e políticas dos anos 1920 ocasionaram a revalorização dos elementos regionais, das tradições, daquilo que caracterizava cada região. No Nordeste, a presença de vários intelectuais provocou uma escrita cheia de sentimentos regionais e em José Lins do Rego, foi o medo da perda do seu espaço, que contribuiu para a que seus romances fossem marcados pela saudade e pelas memórias. Recife foi o ambiente em que José Lins do Rego viveu a efervescência das manifestações literárias.

Um dos aspectos que propomos foi o entendimento da cidade de Maceió como local onde José Lins Rego se constituiu enquanto romancista, nos anos de 1930, pois foi naquele local e momento que ele entrou em contato com as “rodas literárias” e se aproximou de outros romancistas regionalistas. Foi também neste período que ele começou a escrever o livro *Menino de Engenho*. Deste modo, a formação em Recife e a

permanência em Maceió desempenharam papel importante na construção do romancista José Lins do Rego.

Na sequência, refletimos acerca das manifestações políticas e como a conjuntura dos anos 1920 e 1930 foi abalada e favoreceu para que uma sociedade institucionalizasse a ideia de que estava em decadência. Uma decadência que ganhou mais visibilidade a partir do momento em que alguns sujeitos, e aqui citamos os romancistas de 1930, surgiram como aqueles que, a partir da sua escrita, queriam paralisar o tempo no papel, escrever sobre o referencial que estava entrando em ruínas. Representações de um Nordeste em que os marcos característicos não fossem perdidos, que as tradições fossem valorizadas.

Não podemos esquecer que José Lins do Rego ao se destacar como um romancista de 1930 que enfatizava o seu Nordeste açucareiro memorialista, tradicionalista e decadente, ele não representa de maneira mais profunda os problemas regionais. Mas ele faz um elogio àquela sociedade do engenho, um espaço que é representado como algo natural da sociedade patriarcal.

Por fim, analisamos o livro *Menino de Engenho*, amparados em alguns estudiosos que tratam das produções de José Lins do Rego, para compreendermos representações de um Nordeste açucareiro. Pensamos as representações de engenho, e que ele foi tratado como um “recanto do céu”, cheio de saudade, de memória, de masculinidade, de relações patriarcais ancoradas nas lembranças, na vontade de que o engenho se eternizasse no tempo.

O romancista é misturado com o narrador, com Carlos de Melo e seus destemperos sexuais. O futuro herdeiro do engenho de José Paulino representou no papel o seu desejo de que seu mundo não se perdesse.

Isso fica claro nas passagens do livro *Menino de Engenho* em que o autor faz referência ao coronel José Paulino, como se ele, na sua capacidade de mandar e desmandar, fosse um herói para aquele povo que habitava o interior do engenho, que outro não seria tão bondoso para com seus servos. A autoridade do coronel era insubstituível, e era com tamanha admiração que o menino de engenho, o menino Carlos de Melo, narrava os feitos do avô,

A representação do Nordeste açucareiro, não deixa de ter seu lado de verossimilhança com a vida de vários herdeiros da monocultura da cana-de-açúcar, que se viram abalados com o medo de perder as suas fronteiras, de não ter os meninos da bagaceira para diversão, de não ter mais as negras das senzalas para seus destemperos sexuais.

Outras possibilidades para continuarmos este trabalho seria a de analisar mais obras de José Lins do Rego, podendo relacionar com outros romancistas, a exemplo de José Américo de Almeida, já que ambos usam do engenho como pano de fundo para compor suas representações.

A História e a Literatura são possíveis caminhos para se trabalhar com diversas propostas de pesquisa. As obras ficcionais podem ser lidas para buscar compreender como era determinado período por outro olhar – além de abrir várias possibilidades para a esfera cultural e ser uma fonte documental privilegiada para pensarmos a história.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana; São Paulo: Cortez. 2011.

_____. De amadores à Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. **Trajetos**, Fortaleza, v. 03, n. 06. p. 43-66, 2005.

_____. História e Literatura. In: _____. **História a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007. p.19-97.

_____. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

_____. **Nordestino: uma invenção do “falo” - uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALVES, Ricardo Luiz Pedrosa. **O engenho e a arte: a visualização do engenho de cana-de-açúcar em José Lins do Rego**. 2010. 168f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Letras, Curitiba, 2010.

ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade: destruição e reconstrução de Recife em Freyre, Bandeira, Cardoso e Austregésilo**. Recife: Bagaço, 2006.

ARAÚJO, Nelson. **Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise historiográfica**. Disponível em: <www.ufrgs.br/.../Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf>. Acesso em 20 jul. 2013.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 191-228.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. 2. ed. João Pessoa: Ed. da UFPB, 1984.

BARROS, Souza. **A década 20 em Pernambuco: uma interpretação**. Rio de Janeiro: Graf. Ed. Acadêmica, 1972.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 181-191.

BUENO, Luís. Uma história do Romance de 30. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

CABRAL, Maria Wellitana de Oliveira. **A construção do coletivo em Fogo Morto de José Lins do Rego**. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v 40, nº 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-2581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08. mar. 2015.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: modernismo e regionalismo**. São Paulo: Edart, 1961.

CEBALLOS, Rodrigo. **Os “maus costumes” nordestinos: invenção e crise da identidade masculina no Recife (1910-1930)**. 2003. 142f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-109.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. **Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30: José Lins do Rego, regionalismo e tradicionalismo**. 2007. 211f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1990.

_____. **As escritas do lugar**. Regiões e regionalismos em José Lins do Rego e Érico Veríssimo. 2012. 394f. Tese (Doutorado em Sociologia). - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

COELHO, Elisa Domingues. **O romance secundário no decênio de 30**. 2010. 62f. Monografia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2010.

CORDEIRO, Maria de Fátima. **Pelos olhos do menino de engenho: os personagens negros na obra de José Lins do Rego**. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: CORRÊA, M. (Org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

DECCA, Edgar Salvadori de. **1930: o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde de Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 387-416.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Ângela de Castro; PALDOLF, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **Coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. 2000. 227f. Tese (Doutorado em História social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2000.

FORTUNATO, Maria Lucinete. ANDRADE, Raquel Thomaz de. Narração histórica, narração literária: uma aproximação possível. **Saeculum - Revista de História**. João Pessoa, jan./ jun. 2009. p. 111-118.

FREIRE, Diego José Fernandes. **Contando o passado, tecendo a saudade: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943)**. 2014. 316f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.

FREYRE, Gilberto. **O manifesto regionalista**. Recife: INPJM, 1976.

_____. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7.ed. São Paulo: Global, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de um prólogo. In: ____ (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 7-23.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 9-23.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque. **O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego**. 2003. 218f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universitária Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 313-349.

MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MOSCATELLI, Renato. A narrativa histórica em debate: algumas perspectivas. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 06, abr./maio/jul. Disponível em: <www.urutagua.uem.br>. Acesso em: 10 mar. 2013.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Imprensa Ed. Universitária, 1967. v. 3.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Gritos de vida e de morte: A construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da primeira República**. Dissertação (Mestrado em História) 1997. 155f – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, (Online) Debates, Paris, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

PONTES, Maria das Neves Alcântara de. O engenho e o menino de engenho de José Lins do Rego: perspectiva sócio-linguístico-cultural. **Graphos**, João Pessoa, dez. 2000, p. 81-94.

RIBEIRO, Marília Andrés. O modernismo brasileiro: arte e política. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 115-125, jan./jun. 2007.

SANTOS, Gladson de Oliveira. **José Lins do Rego e a modernização da economia açucareira nordestina**. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Ciências Sociais, Natal, 2010.

SOARES, Valter Guimarães. **História & literatura: é possível sambar?** Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/valter_guimaraes_soares.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SOUSA, Elri Bandeira. **Fogo Morto: uma tragédia em três atos**. 2010. 171f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras, Campina Grande, 2010.

SILVA, Simone. A “roda de Maceió” e o projeto regionalista: uma perspectiva etnográfica das disputas corridas no mundo do livro dos anos 1930. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 2, jul./dez, 2011, p. 91 – 107.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. p. 351-385.

_____. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. p. 147-177.

VIVIANE, Fabrícia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)**. 2009. 202f. Dissertação

(Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, São Paulo, 2009.

Fontes

- ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005.
- QUEIROZ, Rachel. **O quinze**. São Paulo: Siciliano, 1993.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 23. ed. São Paulo: Martins, 1969.
- REGO, José Lins do Rego. **Menino de Engenho**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- REGO, Jose Lins. **Meus verdes anos**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1956.

Sites

- <[Http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=429&sid=347](http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=429&sid=347)>
- <http://www.e-biografias.net/joaquim_nabuco/>
- <http://www.sppert.com.br/Artigos/Brasil/Cultura/Literatura/Naturalismo/Faria_Neves_Sobrinho/>
- <http://www.e-biografias.net/tobias_barreto/>.
- http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2396:joaquim-pimenta&catid=293&Itemid=101#>
- <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/links/OsorioBorba.html>>.
- <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=712:manoel-borba&catid=48:letra-m&Itemid=192>.
- <<http://educacao.uol.com.br/biografias/epitacio-da-silva-pessoa.jhtm>>.
- <[Http://educacao.uol.com.br/biografias/barbosa-lima-sobrinho.jhtm](http://educacao.uol.com.br/biografias/barbosa-lima-sobrinho.jhtm)>
- <http://www.e-biografias.net/guilherme_de_almeida/>.

<<http://marcoscordeiro-poeta.blogspot.com.br/2009/03/antologia-de-poetas-pernambucanos-2.html>>

< http://www.e-biografias.net/joaquim_cardoso/>

http://www.e-biografias.net/artur_bernardes/

<<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/UrbanSCA.html>>

<<http://www.historiabrasileira.com/biografias/nilo-pecanha>>

<<http://ilustresdabahia.blogspot.com.br/2012/09/jose-joaquim-seabra.html> >

<http://www.suapesquisa.com/biografias/hermes_fonseca.htm>

<http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=104&Itemid=90#>

<http://www.e-biografias.net/jose_americo_de_almeida/#>

<http://www.e-biografias.net/jorge_de_lima/#>

<http://www.e-biografias.net/graciliano_ramos/#>

<http://www.e-biografias.net/rachel_queiroz/ >

<http://www.e-biografias.net/jorge_amado/>.

<www.grandearacaju.com.br/conteudo.ler.php?cat=17&id=5373>